

LUAN DA SILVA ARAÚJO

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM-PB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIENCIA HUMANAS SOCIAIS E AGRARIAS
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

BANANEIRAS

2018

LUAN DA SILVA ARAÚJO

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM-PB

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Raimundo de Arruda

BANANEIRAS

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663p Araujo, Luan da Silva.
Perfil Socioeconômico do Município de Belém-PB / Luan
da Silva Araujo. - Bananeiras, 2018.
68 f. : il.

Orientação: Danilo Raimundo de Arruda.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCHSA.

1. Desenvolvimento. 2. Belém. 3. Socioeconômica. 4.
Brejo Paraibano. I. Arruda, Danilo Raimundo de. II.
Título.

UFPB/CCHSA-BANANEIRAS

LUAN DA SILVA ARAÚJO

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM-PB

Monografia julgada e aprovada em ____/____/2018.

Comissão examinadora

Prof. Danilo Raimundo de Arruda, Doutor
Orientador

José Mancinelli Lêdo Nascimento, Doutor
Examinador

Cleber Brito de Souza, Doutor
Examinador

BANANEIRAS - PB

2018

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela graça concedida de concluir este curso, pois sempre me deu força, equilíbrio e sabedoria para prosseguir nesta caminhada.

A **Minha mãe, Maria Luzinete**, que sempre está a me apoiar, incentivar e compreender os momentos aos quais estive ausente.

A **Minha Namorada, Vanessa Leandro**, que esteve ao meu lado nos momentos cruciais, e me ajudou a passar pelos momentos de dificuldades encontrados.

A **todos os meus amigos**, em especial a **Juscelino Araújo, Jonatha Lopes, José Alan, Alexandra Andrade e Kleber Gonçalves**, pelo companheirismo durante todo o curso e o presente trabalho.

Aos **professores**, pelo carinho, paciência e dedicação que tiveram para comigo, com os quais aprendi grandes lições para a minha vida profissional.

RESUMO

Para se detectar falhas no cenário público e promover políticas públicas, a identificação, descrição e análise dos indicadores socioeconômicos é de suma importância. Dito isto, o objetivo desse estudo foi analisar o perfil socioeconômico do município de Belém, município do Brejo paraibano. O intuito é evidenciar os aspectos mais relevantes e proporcionar uma visão das possíveis potencialidades, dificuldades e oportunidades do município. Para tanto, esta pesquisa é de natureza aplicada, que utilizou pesquisa bibliográfica e documental, também informações de órgãos importantes no cenário brasileiro foram empregados. Esses dados foram organizados em tabelas para facilitar a análise e fazer comparativos com outros municípios. Os fatores socioeconômicos destacados foram os demográficos, de infraestrutura e econômicos. Apresentando um IDHM de 0,592, considerado baixo e um PIB *per capita* de 8.462,78, concluiu-se que as estruturas para a saúde e educação estão em constante desenvolvimento e são as principais potencialidades do município. Das dificuldades, estão em destaque os poucos empregos formais, um comércio pouco atuante na economia e o desenvolvimento das atividades da agropecuária que estão em constante queda.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, Belém, Socioeconômica, Brejo paraibano.

LISTAS DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
PIB – Produto Interno Bruto
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEME - Instituto de desenvolvimento estadual e municipal
MDS – Ministério do desenvolvimento social
PBF – Programa Bolsa Família
LOA – Lei Orçamentaria Anual
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentarias
PPA – Plano PluriAnual
IFDM - Índice "**FIRJAN**" de Desenvolvimento Municipal
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
GINI - Índice de GINI

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Comparação entre pesquisa qualitativa e quantitativa	33
Quadro 02 – Análise documental – Plano Pluri Anual, Lei Orçamentaria Anual e Lei de Diretrizes Orçamentarias	34
Quadro 03 – Gestores a Serem Entrevistados	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População de Belém	38
Tabela 02 - Produto Interno Bruto (em 1.000 R\$) e Participação no Estado em (%)	39
Tabela 03 - PIB <i>per capita</i> de Belém e demais municípios no ano de 2015	41
Tabela 04 – Crescimento do IDHM e populacional total de Belém e municípios próximos	43
Tabela 05 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Belém – PB	46
Tabela 06 - Comparativo do IFDM dos municípios próximos a Belém	47
Tabela 07 – Renda, pobreza e desigualdade - Belém – PB	48
Tabela 08 - Número de empregos formais entre 2015 e 2016 em Belém - PB	49
Tabela 09 – População de Belém (todos os setores)	50
Tabela 10 – Histórico de valores repassados as famílias beneficiárias do PBF no município de Belém dos últimos 12 meses	51
Tabela 11 - Plano Pluri Anual de Belém	53
Tabela 12 - Comparativo do IDEB dos municípios próximos a Belém entre os anos de 2005 a 2017	55
Tabela 13 - Comparativos do total de estabelecimento de acordo com o Censo agropecuário dos anos de 2006 e 2017	59
Tabela 14 - Número de Estabelecimentos de Municípios do Brejo Paraibano	60
Tabela 15 - Lavouras permanentes e número de estabelecimentos em Belém	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução do IDHM - Belém - PB	45
Gráfico 02 – IDHM e suas dimensões através dos anos em Belém	45
Gráfico 03 – Taxa de atividade e desocupação 18 anos ou mais – 2010	48
Gráfico 04 – Fluxo escolar por faixa etária – Belém – PB	56
Gráfico 05 - Alunos Matriculados no município de Belém - PB	56
Gráfico 06 – Escolaridade da população de 25 anos ou mais	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Objetivos Globais do Desenvolvimento sustentável	24
Figura 02 – Mapas de Belém	37
Figura 03 - Faixa do desenvolvimento Municipal	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização.....	12
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Especificos	15
1.3 Justificativa	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA.....	18
2.1 Desenvolvimento: definição e contextualização	18
2.2 Desenvolvimento Local	19
2.3 Governança.....	21
2.4 Desenvolvimento Sustentável	22
2.4.1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	24
3 PROCEDIMENTO METODOLOGICOS.....	32
3.1 Caracterização da Pesquisa.....	32
3.2 Metodos e Tecnicas de pesquisa.....	34
3.3 Instrumento de Coleta de Dados.....	34
3.4.Ambiente da Pesquisa.....	35
3.5.Fontes de Dados Secundarios.....	35
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
4.1 História do Município.....	36
4.2 Localização do Município	37
4.3 Aspectos Populacionais	38
4.4 Economia Municipal e Desenvolvimento.....	39
4.5 Plano PluriAnual – Município de Belém.....	51
4.6 Educação.....	54
5 AGRICULTURA	58
6 CONSIDERAÇÕES.....	62
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE.....	68

INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao se falar de desenvolvimento, pode-se facilmente ligá-lo ao progresso em determinada área ao qual ele se refere, por exemplo: desenvolvimento industrial e desenvolvimento tecnológico. Ligada a isto, está presente uma visão positiva, isto é, quando se trata de desenvolvimento, se espera ver avanços, sucessos, progresso em relação a algo, ou alguém; um exemplo disto, é que, quando fala-se de países desenvolvidos, refere-se a países que possuem indicadores elevados para a população tais como: nível de educação, renda *per capita*, taxa de crescimento, baixo índice de mortalidade, baixo nível de desemprego, urbanização elevada, saúde de qualidade para todos, etc.

Debater desenvolvimento e não ligá-lo ao aumento de poder econômico é quase inevitável, mas, será que apenas aumento de renda é suficiente para que uma sociedade se desenvolva? Sabe-se que poderio econômico é o que move o mundo, porém, o que se vê é uma parte "rica" ou "desenvolvida" da sociedade ser a minoria, enquanto a maioria vive em condições totalmente contrárias, ou seja, condições de subdesenvolvimento. Subdesenvolvimento refere-se a condições de baixo Produto Interno Bruto (PIB), Produto Nacional Bruto (PNB), natalidade, expectativa de vida, renda *per capita*, alta mortalidade etc. Por isto, é oportuno dizer que crescimento econômico está ligado ao desenvolvimento, mas a progressão não depende apenas de crescimento e da concentração massiva de poderio econômico, pelo contrário, esses elementos são opostos ao desenvolvimento quando se pensa em mudança social e produtiva, em melhoria nas condições de vida, e principalmente, na questão ambiental.

Segundo Oliveira (2002, p. 38), o desenvolvimento "em qualquer concepção deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida". Por um tempo o desenvolvimento apenas como sinônimo de aumento de renda e bens próprios, de acordo com Araújo (2014) a produção era vista como consequência apenas do capital e do trabalho, porém isso representaria apenas fluxo normal de renda, que teria a tendência de haver decaimento e com isso o estado se tornaria estacionário, ainda que houvesse aumento nesses rendimentos, só seria em caráter quantitativo. Araújo (2014) afirma que a partir daí "surge a ideia de Desenvolvimento Endógeno, que consiste em endogeneizar uma série de variáveis anteriormente exógenas (tais como o capital humano, o meio-ambiente, etc.) de modo a gerar rendimentos crescentes".

De acordo com Furtado (1984, p 108), "A endogeneidade outra coisa não é senão a faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definida".

Sobre o desenvolvimento endógeno, Oliveira (2002) ainda mostra:

[...] para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB (Produto Interno Bruto) e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte. (Oliveira, 2002 *apud* Milone, 1998, p 40).

Corroborando com o pensamento acima, Oliveira (2002, p 40) afirma que: "Desenvolvimento nada mais é que o crescimento, ou seja, incrementos positivos no produto e na renda, transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras".

Nessa direção, o presente estudo, tem como finalidade traçar o perfil socioeconômico do município de Belém, Paraíba, através de dados obtidos por órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Houve, também, uma análise sobre os mais diferentes aspectos do município, como localidade, infraestrutura, economia e social. Portanto, procura-se contribuir para o debate do desenvolvimento municipal, para o planejamento de seu desenvolvimento.

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística), o município escolhido foi Belém, um dos 223 municípios que compõe o estado da Paraíba a cidade pertence a mesorregião do agreste paraibano e está inserida na Região Metropolitana de Guarabira e foi elevado a condição de município em 06 de setembro de 1957. O caso de Belém é importante para refletir a realidade de milhares de municípios no Brasil, são 5.570, e que carecem do debate e construção do planejamento local participativo visando o desenvolvimento.

Segundo dados fornecidos pelo IBGE, encontra-se a 123 quilômetros da capital João Pessoa e a 17 quilômetros do Município Guarabira. Belém é perpassada pela PB-073 que liga os estados da Paraíba e o Rio Grande do Norte pela Microrregião de Guarabira, ficando a uma média 694 km das demais capitais do Nordeste. O trabalho busca contribuir com o desenvolvimento do município que se localiza no interior da Paraíba, e sobre de um conjunto de fatores adversos ao seu desenvolvimento.

Apresentando um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,592, Belém encontra-se na posição 4331^a dentre os 5570 municípios do Brasil com um IDHM considerado baixo, segundo o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD). O IDHM segundo o PNUD ajusta o IDH para a realidade dos municípios e reflete as especificidades e desafios regionais no alcance do desenvolvimento humano no Brasil. Este trabalho visa contribuir com a reversão desse indicador.

Diante desse contexto, essa pesquisa busca a resposta para a seguinte indagação: **Quais as possibilidades postas para o desenvolvimento do município de Belém-PB diante do seu perfil socioeconômico traçado?** Essa questão estabelece o objetivo desse estudo, que é analisar o desenvolvimento socioeconômico do Município de Belém – PB.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Relatar quais as possibilidades postas para o desenvolvimento do município de Belém-PB diante do seu perfil socioeconômico traçado.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Relatar os aspectos socioeconômicos do município de Belém – PB;
- Identificar as potencialidades do município de Belém – PB;
- Verificar dificuldades no desenvolvimento do município em relação às demais cidades da região;
- Contribuir para o debate e proposta para o planejamento do desenvolvimento municipal.

1.3 JUSTIFICATIVA

Segundo a PNUD (2018), o conceito de desenvolvimento humano surgiu com a premissa de que é "um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser", diferentemente da perspectiva da sociedade, que enxerga/confunde desenvolvimento humano, com melhoria econômica, ou aumento de bens ou posses.

De acordo com a PNUD, Desenvolvimento Humano parte do pressuposto de que, para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Conforme o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2006, p. 3) os estudos socioeconômicos “servem também, como referência para políticos, técnicos, pesquisadores, estudantes e todos os que tenham interesse e em conhecer um município específico [...]” (TCE-RJ 2006, p. 3 *apud* Ribeiro 2017), fazendo assim com que gestores tenham informações específicas para planejar melhor a administração dos municípios, já que “O planejamento passa a ser um processo permanente, obedecendo a princípios técnicos, com vistas ao desenvolvimento econômico e social e à contínua melhora das condições de vida da população, gerando transformações positivas” (TCE-RJ 2006, p. 3 *apud* Ribeiro 2017).

Além desses fatores, o município de Belém apresenta importantes características que podem influenciar em seu desenvolvimento, como por exemplo, a cidade liga a Paraíba ao Rio Grande do Norte e também conta com a sede de uma grande fábrica, que é a Indústria Alimentícia Três de Maio.

Tendo em vista o exposto acima, este trabalho tem como objetivo a contribuição para o debate da gestão pública municipal, colocando em pauta as possibilidades de desenvolvimento para o município e como superar os obstáculos para que esse progresso aconteça. O presente trabalho mostra-se de suma importância tal debate, por que as ações do poder local e estratégias atingem diretamente 17 mil habitantes, pensar o planejamento, pensar o direcionamento dos recursos, pensar o desenvolvimento é pensar na população que está situada no território de Belém. Mais ainda a reflexão sobre este município é importante para trazer o debate o artigo 182 da constituição Federal de 1988, que diz:

“A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (ESTATUTO DA CIDADE, 2001).

e o Estatuto da Cidade (10.257 de 2001); principalmente no contexto em que no Brasil existe-se um grande desmonte do planejamento governamental. Assim, a perspectiva aqui é de apontar elementos para se retomar o planejamento urbano, diante de uma realidade onde os recursos são cada vez mais escassos.

Por esses e diversos outros fatores, se faz de suma importância identificar tais aspectos com relevante potencial, que possam ser utilizados para alavancar o desenvolvimento do município e ao mesmo tempo rever fatores que possam estar desacelerando o processo de desenvolvimento do mesmo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento: definição e contextualização

De acordo com Furtado (1984, p. 105), "[...] a ideia de desenvolvimento está no centro da visão do mundo que prevalece a época atual", como o que vem ocorrendo no desenvolvimento tecnológico, que está no centro das atenções do homem atualmente, por exemplo. "A ideia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem" (FURTADO, 1984, p 105).

Existem dois processos em que a ciência do desenvolvimento se preocupa. Segundo Furtado, o primeiro processo diz respeito à técnica, ao empenho do homem em dotar-se de instrumentos e é neste ponto que o potencial do homem em inventar é mostrado, pois apenas transformações não bastam para que o desenvolvimento ocorra, é a partir do novo que o homem começa a mudar o seu próprio destino. Desenvolvimento é sinônimo de avanço e foi através dessa curiosidade e capacidade de criar que o homem evoluiu e continuará evoluindo, inventando e se reinventando. O segundo refere-se à utilização desses meios, aos valores que o homem adiciona ao seu patrimônio existencial. Dito isto, é necessário deixar claro que os bens materiais não são a mais importante ferramenta para o desenvolvimento, se não ocorrer para o bem de toda sociedade, está fadado ao fracasso. Desenvolver-se socialmente é o maior progresso que o homem pode alcançar.

Por que apenas desenvolvimento econômico não basta? Como mostrado por Souza (2007), no século XX houve grande crescimento econômico, porque esse era o foco daqueles que cuidavam das finanças públicas. Em contrapartida pouco era feito pela população, que sofria com o analfabetismo, surtos de fome e taxas de mortalidades elevadas.

Buarque (2002, p. 16) mostra como exemplo o fordismo, tempo de grande expansão do consumo da população, pois naquela época não havia escrúpulos para as inovações e a competitividade era uma terra sem lei, durante esse período ocorreu a busca incessante pela ampliação dos mercados e a demanda por produtos das novas indústrias, como consequência uma boa parte dos recursos naturais do planeta foram drenadas para satisfazer a "sociedade de consumo", sendo apenas percebido na década de 70 com a crise do petróleo, como destaca o autor. Aproveitando-se da necessidade do homem de ter que trabalhar para se sustentar, as pessoas da época tiveram que ficar acorrentadas aos baixos salários e as excessivas horas de trabalho que tinham que cumprir diariamente. Buarque (2002), ainda acrescenta que:

Esse modelo de desenvolvimento entra em declínio e sofre fortes abalos, na medida em que seus postulados centrais se esgotam; tal declínio se acelerou com a crise do petróleo, que levou a um aumento significativo dos preços dos combustíveis fósseis, sinalizando para um esgotamento de uma das principais fontes energéticas do planeta (BUARQUE, 2002, p. 16).

Sen (2018) tenta mostrar o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O autor concorda que o aumento do produto nacional bruto (PNB) ou das rendas individuais podem ser de suma importância para que o homem desfrute dessa liberdade, entretanto, esse foco no PNB talvez tenha sido o estopim para a desigualdade de distribuição de renda. "Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas)" (SEN, 2018). Para que o desenvolvimento realmente ocorra, é necessário eliminar as fontes que privam o homem da liberdade, tais como: pobreza e tirania; carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática; negligência dos serviços públicos e intolerância ou negligência excessiva de estados repressivos (SEN, Amartya, 2018).

Temos com isso então, o surgimento do termo "países subdesenvolvidos", os quais ficaram a mercê dos países detentores de maior poder econômico, aonde tudo que vai de encontro ao desenvolvimento como liberdade, é visto nesses países. Como dito antes, a produção desenfreada afetou os recursos naturais do planeta, e como já explorado, o crescimento econômico através do PNB não trazia necessariamente redução da pobreza, então para que haja desenvolvimento é preciso melhorar não apenas o nível quantitativo, mas também o qualitativo da produção para melhorar de forma eficaz as condições de vida do homem como um todo (GOMÉZ, 2011).

2.2 Desenvolvimento Local

De acordo com Kronemberger e Grace (*apud*. Paula, 2008, p 36) desenvolvimento local é

[...] o processo de aproveitamento das vantagens comparativas e competitivas de uma localidade para favorecer o seu crescimento econômico, melhorar a qualidade de vida da população, fortalecer o capital social, promover uma boa governança e o uso sustentável dos recursos naturais".

Diversos debates tratam o desenvolvimento local apenas como crescimento da economia daquela região, porém essa discussão não pode se limitar ao enfoque econômico, apesar de que não se pode diminuir sua importância. De acordo com Buarque (2002), o desenvolvimento local é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território. Complementando esse conceito, Furtado (1984) vai além, e diz que:

“Mais que transformação, o desenvolvimento é invenção, que comporta um elemento de intencionalidade”. Ele ainda diz que as condições requeridas para que esse elemento se manifeste com vigor ocorrem historicamente, ou seja, são irredutíveis a esquemas formalizáveis (FURTADO 1984, p. 105-106).

Além disto, o desenvolvimento local não pode ser confundido com o movimento econômico gerado por grandes investimentos de capital externo, que não se internalizam e não se irradiam na economia local (Buarque, 2002). Para ser considerado desenvolvimento local, o município deve se auto sustentar, ou seja:

O município com grande empreendimento produtivo sem raízes (enclaves econômicos) ou cuja economia se alimenta, na sua maior parte, de transferências externas de rendas compensatórias e que tem base de arrecadação municipal formada pelos fundos de participação está longe de um desenvolvimento local. (BUARQUE, 2002, p. 27).

Souza (2017), mostra que o debate sobre desenvolvimento local no Brasil ganhou destaque após a Constituição da República Federativa do Brasil ter sido promulgada em 1988. Neste cenário, o Brasil passou por um redesenho do sistema federativo, com transferência de responsabilidades e atribuições do Estado em âmbito federal para o fortalecimento da capacidade de tomada de decisão das instâncias subnacionais, estaduais e municipais.

O local é produto do processo de desenvolvimento, da participação social, sendo espaço construído pela sociedade, e originando configurações territoriais diversas, logo o desenvolvimento local pode ocorrer em diversos recortes territoriais (Kronemberger; Grace, 2016). Isso implica dizer que para o desenvolvimento local, deve haver participação da sociedade e uma forma de se obter essa participação é através de governança.

O desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade e a governança das instituições públicas locais, incluindo o município, construindo uma relativa autonomia das finanças públicas e acumulação de excedentes para investimentos sociais e estratégicos para a localidade (BUARQUE 2002, p. 26).

2.3 Governança

De acordo com Kronemberger e Grace (2016), governança é o conjunto das várias maneiras pelas quais os diversos atores sociais se articulam e cooperam, realizando ações, gerenciando seus problemas comuns e acomodando seus interesses. Seguindo essa linha de pensamento Arruda (2008) diz que:

O pensamento político e social atual coloca a participação cidadão como fundamento de um projeto que aponta e conclama todos e todas a assumirem um compromisso com a democracia e com uma agenda de desenvolvimento que possa abrir novas oportunidades e, ao mesmo tempo, garantir a inclusão social, o equilíbrio ambiental e o crescimento econômico (ARRUDA, 2008, p. 56).

Como o desenvolvimento é focado para o bem da sociedade, nada mais justo que os integrantes dessa sociedade participem ativamente no que diz respeito ao seu bem-estar social, portanto os governantes devem ter em mente que seu trabalho deve ser focado para a melhoria de condição de vida da população. Como dito por Arruda (2008), a participação enquanto ato de decidir, é um dos caminhos para uma boa governança.

"No Brasil, o conceito de governança vem ganhando atenção a partir da proposta de reforma do aparelho de Estado do governo de Fernando Henrique Cardoso, como também do processo de reforma municipal" (Beck, 2009 *apud* Santos Júnior, 2003, p 29). De acordo com Beck (2009), um dos principais pontos desta reforma se refere à municipalização e ao fortalecimento do governo local. A partir desse processo, tem se estabelecido novos formatos de relação entre governo local e sociedade.

Apenas a partir da década de 1980 houve um processo de descentralização e de participação por parte de governos municipais. De acordo com Beck (2009), ainda no Brasil com a Constituição Federal de 1988 os municípios são considerados como entes da federação e as noções de descentralização e participação cidadã em políticas públicas ganham espaço formal em todos os níveis de governo. Além dos processos de descentralização no final e da criação de conselhos setoriais nos três níveis de governo, Beck destaca que no final dos anos de 1980, experiências de elaboração de orçamentos municipais com a participação dos cidadãos começaram a ser implementados.

Não é surpresa que o desenvolvimento das sociedades de bem-estar europeias está em constante pauta, onde a complexidade, dinâmica e diversidade para esse desenvolvimento são os principais temas destacados, porém o governo encontra algumas dificuldades para aplicar suas ideias, pois métodos e instrumentos de políticas públicas não são adequados para a nova realidade da procura de desenvolvimento e as consequências que se tem através desse processo, como é destacado por Beck (2009, p 28).

Em consequência, a efetividade e legitimidade desses governos sofrem grandes questionamentos. Essas mudanças, por um lado, diminuem a crença na capacidade de governar dos governos, mas do outro, não atenuam a necessidade de resolução dos problemas coletivos. As necessidades básicas têm sido satisfeitas para grande parte da população desses países (qualidade de vida, educação, saúde e habitação), mas novos problemas coletivos surgem decorrentes da complexidade, dinâmica e diversidade existente nessas sociedades, como, por exemplo, poluição ambiental e desemprego massivo e de longo prazo (BECK, 2009, p 28)..

2.4 Desenvolvimento Sustentável

Diante de tantas discussões mundo a fora sobre desenvolvimento, surge o desenvolvimento sustentável. O termo surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise socioambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX (Barbosa, 2008).

O mesmo foi colocado em pauta para discussões nos fóruns mundiais na década de 1970. De acordo com Silva *et. al.* (2006), até meados de 1980, o tema era tratado como uma composição de dimensões econômica, social e ambiental. Silva *et. al.* (2006) demonstra ainda que o autor Sachs (1986) inseriu duas novas dimensões do desenvolvimento nessa discussão: a espacial e a cultural. Para Sachs, o desenvolvimento perderia o sentido se ocorresse o crescimento, em detrimento da manutenção das raízes da sociedade, ou seja, as bases culturais.

Segundo Barbosa (2008) o conceito de desenvolvimento sustentável foi firmado na Agenda 21, documento desenvolvido na Conferência “Rio 92”, e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos, porém, para a maioria dos autores, esse conceito está ainda em fase de construção.

Durante Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, foi apresentado o relatório de Brundtland, que Barbosa (2008) mostra que o mesmo definiu três princípios básicos a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social, indo de acordo com o que já tinha surgido na década de 1980.

"Essas dimensões ou princípios, permitem avaliar a interação do homem em todos os aspectos: homem em sociedade (econômico e social), homem e recursos naturais (ambiente e espacial), homem e história (cultura)" (SILVA *et. al.* 2006, p 17), porém o autor mostra que apesar do processo ter como base principal o social, parte de objetivos individuais que se consolidam no coletivo. Ele ainda dá o conceito de desenvolvimento sustentável como "Um Processo de transformação que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica a partir do individual para o global" (SILVA *et. al.* p. 2006, p 18).

O desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligado ao meio ambiente, a questão é: até que ponto o planeta aguentará o desenvolvimento desenfreado das nações? Existe uma preocupação sim em relação ao meio ambiente, mas pouco se tem feito pelas grandes nações. No Brasil, por exemplo, existe previsão de que no ano de 2050 a Floresta Amazônica praticamente não exista mais (MARQUES, Lucas; MOLO, Daniel, 2018). "A elaboração de regras para um desenvolvimento sustentável tem que reconhecer o fato de que a ciência econômica convencional não considera a base ecológica do sistema econômico dentro de seu arcabouço analítico, levando assim à crença no crescimento ilimitado" (CAVALCANTI, 1999, p 3).

No ano de 2015 chefes de estado e do alto escalão da organização das nações unidas (ONU) adotaram a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, nela está inserido os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (PNUD, S.D.).

"A nova Agenda de desenvolvimento propõe uma ação mundial coordenada entre os governos, as empresas, a academia e a sociedade civil para alcançar os 17 ODS e suas 169 metas, de forma a erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta" (PNUD, S.D.).

O desenvolvimento sustentável foi a maneira que encontraram para que a sociedade atual desenvolva, sem afetar a geração futura. E isso só será possível se for feito a partir do momento que houver um esforço em conjunto, pois da forma como está, as gerações futuras irão sofrer com a irresponsabilidade de seus antecessores. A PNUD (S.D.) faz o alerta que "Para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado, é crucial harmonizar três elementos centrais: crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente".

Juntamente da questão ambiental, também existe o lado Humano, e o primeiro objetivo do desenvolvimento sustentável (ODS) é a erradicação da pobreza. Como mostrado acima um dos princípios da sustentabilidade é o homem em sociedade, e em sociedade igualitária, porém uma sociedade capitalista e uma igualitária estão longe de andarem de mãos dadas e a erradicação da pobreza em todas as suas formas é um dos requisitos essenciais para que o desenvolvimento sustentável alcance seus objetivos.

2.4.1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Os objetivos do desenvolvimento sustentável vieram junto da nova agenda do desenvolvimento sustentável que tem o seguinte título “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (PNUD, S.D.). Nessa Agenda há os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável juntamente de suas 169 metas.

Figura 1 - Objetivos Globais do Desenvolvimento sustentável



Fonte: <<http://www4.planalto.gov.br/vivavoluntario/assuntos/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>> (BRASIL, 2017).

De acordo com a PNUD (S.D.) “Essa agenda universal, integrada e transformadora visa estimular ações que porão fim à pobreza e construirão um mundo mais sustentável nos próximos 15 anos”. Esses novos objetivos tem uma tarefa ousada e terá como foco os já mencionados 3 elementos do desenvolvimento sustentável: Crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente (PNUD, S.D.).

O primeiro Objetivo é a Erradicação da Pobreza, os ODS têm justamente como foco esse primeiro objetivo, eliminar todas as formas de pobreza, não será uma tarefa fácil, mas já foi comprovado que o número de pessoas vivendo em extrema pobreza caiu mais da metade em 1990 e 2015, onde tínhamos 1.9 bilhões de pessoas consideradas extremamente pobres e esse número caiu para 836 milhões, ou seja, mais da metade, porém muitos ainda sofrem para satisfazer as necessidades básicas (PNUD,2018).

“Em nível mundial, mais de 800 milhões de pessoas ainda vivem com menos de US 1,25 por dia, muitos carecem de acesso a alimentos, água potável e saneamento adequado” (PNUD, 2018). O crescimento econômico de alguns países, como China e Índia tiraram milhões da pobreza, porém esse crescimento ocorreu de forma desigual. Onde ainda se tem mulheres sujeitas a viverem na pobreza mais do que os homens, por falta de acesso a educação, trabalhos remunerados e prosperidade (PNUD, 2018). Isso mostra que a intenção da melhoria da qualidade de vida da população mundial existe, porém ainda é feita de forma injusta, com a concentração de riquezas nas mãos de poucos. Ainda temos que “O progresso também foi limitado em outras regiões, como o sul da Ásia e a África subsaariana, que são responsáveis por 80 por cento das pessoas que vivem em pobreza extrema” (PNUD, 2018).

O ODS número dois, tem o título de Fome Zero e Agricultura sustentável. O rápido crescimento econômico e o aumento na produção agrícola nas últimas décadas, fez com que o número de pessoas em estado de má-nutrição se reduzisse pela metade (PNUD, 2018). Ásia central, Sudeste Asiático, América Latina e o Caribe são regiões que fizeram grandes progressos para erradicar a fome extrema. Além deles, muitos países em desenvolvimento também fizeram grandes progressos e agora podem suprir as necessidades dos mais vulneráveis (PNUD, 2018).

Isso foi um avanço enorme para a erradicação da fome, porém ainda há muito a ser feito, por exemplo, 759 milhões de pessoas ainda sofrem com a má-nutrição crônica (2014), ainda se tem a questão das mudanças climáticas, a degradação ambiental e seca, como problemas para que possa se combater a fome (PNUD, 2018). “Mais de 90 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade estão seriamente abaixo do peso. E um de cada quatro habitantes da África sofre com a fome” (PNUD, 2018).

Para que esse ODS funcione serão necessários investimentos/conscientização para uma agricultura sustentável e total apoio aos pequenos agricultores, além de uma distribuição de terra de forma eficiente, obviamente, será necessário apoio internacional para que se possa apoiar a produção agrícola.

O Terceiro ODS tem as suas atenções voltadas para a saúde e o bem-estar do homem, de acordo com a PNUD (2018):

"Nós demos grandes passos para reduzir a mortalidade infantil, melhorando a saúde materna e combatendo a AIDS/HIV, malária e outras doenças. Desde 1990, houve uma queda de 50 por cento no número de crianças mortas por essas doenças, resultado de iniciativas globais de prevenção. Os índices de maternidade diminuíram 45 por cento em todo o planeta. Novas infecções por AIDS/HIV caíram mais de 30 por cento entre 2000 e 2013, e mais de 6.2 milhões de pessoas deixaram de ser infectadas por malária" (PNUD, 2018).

Mesmo diante de tais resultados significativos há muito a ser feito, o número de crianças que morrem antes de completar 5 anos ainda passam dos 6 milhões. Cerca de 16 mil crianças morrem através de doenças que podem ser prevenidas, como a tuberculose e o sarampo. E um dos principais focos dos objetivos do desenvolvimento sustentável é a erradicação da AIDS, que inclusive é a principal causa de mortes entre adolescentes da África Subsaariana (PNUD, 2018).

Trazendo para a realidade do Brasil, a saúde é um dos principais problemas para a população, pois o que se vê diariamente são pessoas morrendo nas filas dos hospitais e poucas tentativas de se amenizar a situação é vista, a falta de investimento é nítida, o que faz a saúde e tentativa de erradicação de algumas doenças um dos maiores obstáculos para os ODS.

O quarto objetivo é Educação de qualidade, a educação é um direito básico para a população e o acesso as escolas publicas é algo muito simples, porém o acesso a escola não quer dizer tudo, é preciso preparo e investimento nas escolas e valorização dos professores para que um sistema educacional funcione. Sabendo disso, existem lugares que negam acesso a educação para população ou simplesmente não tem condições de oferecer educação de qualidade para o povo, por causa de fatores como, a pobreza, conflitos militares o progresso foi comprometido em algumas regiões, desde o lançamento dos ODM o que tem se visto é:

Desde 2000, houve um enorme progresso no alcance da meta universal de garantir educação primária. A taxa de alunas e alunos de regiões em desenvolvimento e que estão matriculados em instituições de ensino chegou a 91 por cento em 2015, e o número global de crianças fora das escolas caiu quase pela metade. Também houve um grande avanço na taxa de alfabetização e muitas meninas passaram a frequentar as escolas. Esse é um sucesso que merece destaque. (PNUD, 2018).

A mais poderosa arma que os objetivos do desenvolvimento sustentável têm é a educação de qualidade e inclusiva, conseguir isso de forma gratuita para a população será um grande avanço na luta para que meninos e meninas consigam terminar a educação primária e secundária até 2030 completando assim um dos principais objetivos dos ODS.

Toda e qualquer forma de discriminação é algo digno de repúdio, e esse é o quinto Objetivo do desenvolvimento sustentável, acabar com qualquer tipo de discriminação de mulheres e meninas é um ponto chave para que o desenvolvimento ocorra. Já está mais que provado que o empoderamento de mulheres e meninas tem um efeito impactante na sociedade, contribuindo para o aumento econômico e o desenvolvimento da sociedade que elas têm voz (PNUD, 2018).

"Desde 2000, o PNUD, junto com parceiros do Sistema ONU e a comunidade global, tornou a igualdade de gênero elemento central em seu trabalho. Nós vimos progressos marcantes desde então. Mais meninas estão nas escolas comparado a 15 anos atrás e muitas regiões alcançaram a paridade de gênero da educação primária. As mulheres, agora, representam 41 por cento dos trabalhadores que recebem salários, comparado a 35 por cento em 1990 (PNUD, 2018)".

Do sexto ao décimo primeiro objetivos são tratados problemas urbanos ou de acessibilidade, por exemplo, o caso do acesso a água, não é novidade alguma que a escassez de água é real, até o ano de 2050 a humanidade já vai ter secado a maioria de seus reservatórios (MOLO; MARQUES, 2018). O acesso a água é um insumo básico a sobrevivência do homem, vários países já tem o plano de diminuir o fornecimento de água potável e agora precisam de alternativas para que um colapso não ocorra. "O aumento da desertificação e de secas já está afetando esse panorama. Para 2050, está projetado que uma em cada quatro pessoas será afetada pela carência de água" (PNUD, 2018).

Para garantir que esse recurso tão importante não se encerre é necessário investimento em infraestrutura, recuperação de ecossistemas, acesso à saneamento, e claro uma reeducação a população para que o desperdício seja diminuído ao máximo. "Uma maior cooperação internacional também é necessária para fomentar e apoiar o uso correto da água por meio do tratamento adequado, com a colaboração da tecnologia, em países em desenvolvimento" (PNUD, 2018).

Seguindo essa linha a utilização de energia limpa e acessível também é um dos objetivos do desenvolvimento sustentável, pois não é de hoje que se é visto como prejudicial ao planeta a forma como geramos energia. "Uma economia global dependente de combustíveis fósseis e o aumento das emissões de gás carbônico está criando drásticas mudanças no clima, o que impacta diretamente todos os continentes" (PNUD, 2018).

Energia solar, eólica e térmica, são ótimas fontes de energia renovável, porém está longe de ser acessível por causa do investimento necessário que deve ser feito para obtê-las, e o empecilho resultante das companhias elétricas que certamente não irão abrir mão de seus lucros. De acordo com a PNUD (2018) "Adotar padrões de custos sustentáveis para uma vasta gama de tecnologia também pode reduzir o consumo global de energia em 14 por cento. Isso significa 1300 centrais elétricas a menos no planeta". Modernizar e expandir a infraestrutura das formas de distribuição de energia em todos os países desenvolvidos é um propósito crucial para que o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente andem de mãos dadas (PNUD, 2018).

Trabalho decente e crescimento econômico é o oitavo ODS, tendo em vista que os países ainda estão se recuperando da crise econômica de 2008, porém, os avanços alcançados só têm aumentado a desigualdade (PNUD, 2018). Nos países desenvolvidos o que se vê é que "[...] a classe média representa 34 por cento da força de trabalho empregada – um número que praticamente triplicou entre 1991 e 2015" (PNUD, 2018). No Brasil hoje são mais de 13 milhões de pessoas desempregadas, um número espantoso. Para que as pessoas tenham acesso ao emprego:

Os ODS promovem o crescimento econômico sustentável, maiores níveis de produção e a inovação tecnológica. O empreendedorismo será fundamental para criarmos vagas de trabalho, assim como medidas efetivas para erradicar o trabalho forçado, a escravidão e o tráfico de humanos. (PNUD, 2018).

Indústria, inovação e infraestrutura, são pontos essenciais para que ocorram o crescimento econômico e desenvolvimento, além do mais a geração de emprego é favorecida através do investimento desses itens. "Com mais da metade da população global agora vivendo em cidades, transportes de massa e energias renováveis são cada vez mais importantes, assim como o crescimento de novas indústrias e tecnologias de comunicação e informação" (PNUD, 2018).

Com o décimo ODS, se tem a redução das desigualdades, sabe-se que a maior parte da economia do mundo está concentrada nas mãos de poucas pessoas. "Em países em desenvolvimento, a desigualdade aumentou mais de 111 por cento se levarmos em conta o aumento da população" (PNUD, 2018). Para que essa redução de desigualdade ocorra faz-se necessário uma melhor preparação dos países em termos de "[...] melhorar a regulação e monitorar os mercados financeiros e as instituições, encorajando a assistência ao desenvolvimento e o investimento internacional direto em regiões mais necessitadas". (PNUD, 2018).

O Décimo primeiro Objetivo do desenvolvimento é o de Cidades e comunidades sustentáveis. Existe a previsão de que em 2050 dois terços da humanidade estará vivendo em áreas urbanas, então a gestão dos espaços urbanos e uma transformação na forma de se construir faz-se necessário (PNUD, 2018). Não é de hoje que a migração do campo para a cidade vem ocorrendo, as cidades estão ficando cada vez maiores e se não houver o planejamento adequado, cidades podem sofrer com enchentes, deslizamentos de terras, formação de favelas, entre outros problemas.

Tornar as cidades mais seguras e sustentáveis significa garantir o acesso a moradias adequadas e a preços acessíveis e melhorar a qualidade de áreas degradadas, principalmente das favelas. Também envolve investimento em transporte público, criação de espaços verdes e melhoria no planejamento urbano e no gerenciamento de forma participativa e inclusiva. (PNUD, 2018).

Do décimo segundo até o décimo quinto ODS são tratadas as formas de preservar a natureza do planeta, desde o consumo e produção responsáveis, passando pela preocupação com as mudanças climáticas que já está afetando duramente os nossos recursos naturais, desde a água que em sua forma potável já encontra-se escassa em alguns lugares, passando pelos oceanos que estão subindo por causa do degelo das calotas polares, a poluição do mesmo, ameaçando assim a vida marinha. Quanto a, vida terrestre, se vê o número de espécies em extinção cada vez aumentando, tudo devido a ação inconsequente do homem com a natureza. Achar que nossos recursos não são finitos é o maior erro do homem.

O Décimo sexto objetivo do desenvolvimento é o da paz, justiça e instituições eficazes, "Sem paz, estabilidade, direitos humanos e governança efetiva, baseada no estado de direito, não conseguiremos alcançar o desenvolvimento sustentável" (PNUD, 2018). Conflitos armados e violência ainda se é visto no século XXI, por motivos banais e egoístas como terras ou petróleo, é fato que apesar de todos os problemas já expostos, o ser humano continua sendo o animal que mais mata seres humanos, para que o desenvolvimento sustentável ocorra a paz será necessária.

Violência armada e a insegurança têm impacto destrutivo no desenvolvimento dos países, afetando o crescimento econômico e frequentemente causando sofrimentos que podem durar gerações. Violência sexual, crimes, exploração e tortura também são comuns em regiões em que o estado de direito não está estabelecido e os países precisam tomar medidas para proteger aqueles que estão em maior risco. (PNUD, 2018).

Para os ODS funcionarem, cada um deve fazer a sua parte, e o Décimo sétimo e último ODS trata justamente de conseguir Parcerias e meio para a implementação de cada objetivo.

Os ODS buscam aprimorar a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul com o apoio a planos nacionais para o alcance de todos os Objetivos. Promover o comércio internacional e ajudar países em desenvolvimento a aumentar suas exportações são partes essenciais para alcançarmos um sistema universal de comércio que seja justo e aberto para todos. (PNUD, 2018).

Se o homem quer realmente que o planeta resista e que a sociedade desenvolva e as futuras gerações não sofram as causas de nossa inconsequência, cada um terá de fazer sua parte, já existem danos irreversíveis, mas ainda o ser humano pode olhar a sua volta e criar um futuro melhor para todos.

A partir do momento que se quer analisar o cenário do desenvolvimento local do município em questão, a saber, Belém-PB. Buarque (2002) afirma que, para isto devem ser analisados diversos fatores, pois desenvolvimento local é o resultado de diversas práticas que se complementam para que a corrente do subdesenvolvimento seja quebrada, trazendo assim mudanças sociais significativas. Isso vai de encontro com os objetivos do desenvolvimento sustentável, que funciona como uma cartilha que define especificamente o que deve ser feito para que a sustentabilidade realmente funcione, e isso vai desde o estilo de vida das pessoas, até o impacto de suas ações no meio ambiente.

Mas para que o desenvolvimento se dê de forma sucinta, são necessárias práticas governamentais, nos quais, os governos locais (prefeitura) têm um poder maior para poder fazer o necessário para que a população tenha suas necessidades básicas atendidas. Para isso, as políticas públicas precisam ser voltadas para o que realmente importa no município. De acordo com Furtado (1984), o desenvolvimento acontece de acordo com a época em que o homem vive e segundo as características da mesma, além daquilo que ela pede, e então insistir que saúde, segurança, educação, geração de empregos, saneamento básico entre outras coisas é justamente o foco atual e é onde a governança do município deverá atuar. Porém para que realmente as ideias de desenvolvimento aconteçam na prática, a população também deverá ser conscientizada e se comprometer para que a localidade se desenvolva, conforme é destacado por Kronemberger e Grace (2016).

O presente estudo também trouxe a discussão sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que mostra 17 formas de tentar melhorar a vida do homem no planeta e trazer à tona esse assunto é de suma importância, pois embora os ODS sejam para uma escala global, por que não tentar incorporar isso em um município? Obviamente a PNUD trás isso para que seja incorporado nos quatro cantos do mundo, mas pouco se tem visto, e Belém poderia se tornar um modelo para as demais cidades da região.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisar ou ser curioso são características que acompanham o homem desde o início, e é só através dela que o ser humano chegou ao patamar que se encontra hoje em termos de desenvolvimento científico e tecnológico. A cada instante, diversas novas descobertas são feitas, e, para isso, diversos campos de pesquisas foram criados para que essas descobertas não parem. Ou seja, várias são as trajetórias dos conhecimentos, como também, existe uma enormidade de problemas a serem solucionados.

A pesquisa científica é uma parte intrínseca deste trabalho. Ela tem a finalidade de descobrir respostas para questões através de métodos científicos. Para que ocorra a pesquisa científica deve-se existir uma problemática que exija uma investigação e a mesma será feita através de um estudo planejado. É sabido que toda pesquisa surge através de teorias que servem como ponto de partida da mesma e para poder classificar qual o tipo da pesquisa faz-se necessário identificar os objetivos e os procedimentos metodológicos dela.

Para se elaborar uma pesquisa pode-se seguir 5 etapas a saber: a fase de planejamento da pesquisa; a busca pelo referencial teórico que é onde a pesquisa será realizada realmente; o desenvolvimento e coleta de dados da pesquisa; a formulação do texto; e, por último, a apresentação de seus resultados. Para cada uma dessas fases existem procedimentos próprios que devem ser seguidos sistematicamente.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

“Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (Gil, 2008, p 26).

A presente pesquisa é classificada como *Analítico-descritiva*, pois tem como objetivo fazer uma análise de fatos e fenômenos de forma profunda da realidade da pesquisa. Além disso, o presente trabalho foi feito de forma abrangente, analisando o contexto social de um município. De acordo com Gil (2002) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Com relação aos procedimentos técnicos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, já que a mesma tem como objetivo analisar documentos de cunho científico, como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos.

Gil (2008, p 50) afirma que:

"A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço".

Na coleta de dados, a pesquisa se dá como quantitativa, já que foram utilizados dados com intuito de revelar estatísticas sobre o município em si e faz comparações com outros do entorno. De acordo com Fonseca (2002, p 20) "A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros". Ele ainda faz uma comparação entre pesquisa qualitativa e quantitativa, mostrando os prós e contras de cada uma, conforme exposto no quadro 1.

Quadro 1 - Comparação entre pesquisa qualitativa e quantitativa

Aspecto	Pesquisa Quantitativa	Pesquisa Qualitativa
Enfoque na interpretação do objeto	Menor	Maior
Importância do contexto do objeto pesquisado	Menor	Maior
Proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados	Menor	Maior
Alcance do estudo no tempo	Instantâneo	Intervalo maior
Quantidade de fontes de dados	Uma	Várias
Ponto de vista do pesquisador	externo à organização	interno à organização
Quadro teórico e hipóteses	definidas rigorosamente	menos estruturadas

Fonte: Fonseca, 2002.

3.2 METODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O método utilizado nessa pesquisa é o estatístico, pois "Os dados quantitativos abordados nesse método gerou tabelas e gráficos, dos quais foram feitas as análises dos aspectos socioeconômicos" (RIBEIRO, 2017. P 17). Esse método só se faz possível, por que ele permite a obtenção de dados de forma simplificada, que podem ser obtidos a partir do conjunto de dados mais complexos. A partir dessa simplificação é possível a identificação entre as variáveis estudadas. Os dados coletados na pesquisa abrangeram uma grande quantidade de aspectos, como características do município, infraestrutura, indicadores socioeconômicos, demografia e outros.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a obtenção dos dados foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental. O primeiro fez-se necessário, pois de acordo com Lakatos e Marconi (2008) a pesquisa bibliográfica: "é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema". E o segundo trata de abordar documentos de: "segunda mão, pois eles já foram analisados de alguma forma. Aqui, foram coletados os dados censitários e estatísticos referentes ao município estudado" (RIBEIRO, 2017 *apud* GIL, 2002, p 18).

Após a obtenção dos dados, foram feitas descrições dos indicadores da localidade, para que posteriormente fossem feitas análises e comparativos com outros municípios da região. A partir das análises, foram apontados os aspectos positivos e as potencialidades do município, assim como, as dificuldades e possíveis pontos que pudessem ser melhorados. Além disso, foram feitas entrevistas com integrantes da prefeitura da cidade.

A seguir, as peças orçamentárias do município de Belém.

Quadro 2 - Documentos – Plano Pluri Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do município de Belém – PB.

Tipo de documento	Ano
Plano Pluri Anual – PPA	2018
Lei Orçamentária Anual – LOA	-
Lei de Diretrizes Orçamentária –LDO	2018

Quadro 3- Gestores entrevistados

Entrevistado	Função
Fabio Espínola	Secretário de Agricultura
Márcio André de Lima	Chefe de Apoio e Incentivo a Agricultura

3.4 AMBIENTE DA PESQUISA

O ambiente da pesquisa é o município de Belém que é um dos 223 municípios que compõe o estado da Paraíba. De acordo com dados do IBGE, Belém pertence a mesorregião do agreste paraibano e está inserida na Região Metropolitana de Guarabira, e faz parte do brejo paraibano. Informa-se, também, que as análises feitas têm como foco principal os dados referentes ao município, no entanto, foram feitas comparações em relação a outros municípios, que tem importância e são próximos a região de Belém.

3.5 FONTES DE DADOS SECUNDÁRIOS

Os dados secundários foram obtidos nos sites oficiais dos órgãos governamentais:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Atlas de Desenvolvimento Humano;
- Prefeitura Municipal de Belém.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta capítulo, são apresentadas as informações pertinentes ao município objeto da investigação. O intuito é expor os resultados dados primários obtidos nas fontes oficiais, visando cumprir o objetivo de delinear a análise de Belém. Também, são feitas comparações com outros municípios para que se observem os avanços, desafios, ameaças e possibilidades para o desenvolvimento local.

4.1 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

A trajetória história do município de Belém apresenta, de acordo com dados levantados, três períodos distintos que vai desde a colonização até o movimento de pró- emancipação. O primeiro período data do final do século XVI, com incidência em violentas batalhas, onde os potiguaras, que foram os primeiros residentes desse município, tentaram resistir aos ataques dos colonizadores e dos tabajaras; porém, estes não tiveram sucesso e acabaram fugindo para o Estado do Rio Grande do Norte. Durante essas batalhas, conta-se que, morreram mais de 20 mil índios.

O segundo período, data da metade do século XIX, quando de acordo com uma certidão que data de janeiro de 1935, segundo o qual, o padre José Tavares Bezerra doou um terreno para a capela Nossa Senhora da Conceição do povoado de Belém, onde nesse pequeno povoado começaram a surgir as primeiras casas ligadas às estradas de barro e ligando a outros povoados vizinhos, onde seus habitantes passaram a chamar de gengibre, nome esse que possivelmente se deu devido ao cultivo de gengibre daquela região pelo índios potiguaras. A troca do nome gengibre para Belém também se deu nesse período, com a sugestão dos frades, pois haviam muitas confusões no vilarejo e como gengibre se trata de uma raiz ardente, resolveram sugerir um nome que fosse mais calmo: sugerindo Belém, que tem por significado “Casa de pão”, além de ser o nome da cidade em que Jesus nasceu.

Por fim, o terceiro período se dá com o desenvolvimento econômico e um movimento para que Belém fosse emancipada, para que se tornasse cidade. Nesse período, Belém era apenas um distrito da cidade de Caiçara, que foi mudado alguns anos depois para Belém de Guarabira; após outro decreto passou a ser chamada de Belém de Curimataú; depois de alguns anos sendo mudado novamente para Belém de Caiçara. Em 1945, com o surgimento da rodovia PB-073 que liga o Estado da Paraíba ao Rio Grande do Norte, Belém começou a tornar-se importante como parada para os viajantes que utilizavam a rodovia, que a partir daí

começaram a surgir várias casas comerciais, hotéis, postos de gasolina, e outros empreendimentos.

A emancipação de Belém se deu de forma árdua, pois na primeira tentativa foi elaborado um abaixo assinado com 2120 assinaturas da população e sendo elaborado um projeto de lei onde se solicitava a emancipação do distrito que pertencia a Caiçara até o presente momento; mas este foi negado pela câmara dos deputados. Mais uma tentativa foi feita, o projeto foi deixado fora de pauta por mais seis vezes. Então, em 6 de setembro de 1957, através da Lei Nº 1.752, Belém foi finalmente emancipada, mas a instalação oficial se deu em 06 de dezembro do mesmo ano e teve seu nome simplificado de Belém de Caiçara para apenas Belém.

4.2 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Belém localiza-se no brejo paraibano e na mesorregião do agreste, distante a 123 quilômetros da capital João Pessoa e a 17 quilômetros do município de Guarabira. A cidade possui uma área territorial de 100,48 km². As cidades que se limitam com o município são: a 6 km, Pilões, a 10.6 km, Sertãozinho, a 9.3 km. A maior cidade aos arredores de Belém é Bananeiras que está a uma distância de 13 km. A figura 2 permite uma melhor compreensão geográfica do município. A sede do município tem uma altitude aproximada de 149 metros. O acesso é feito pelas rodovias BR 230/PB 055.

Figura 2 - Mapas de Belém



Fonte: Google, 2018.

4.3 ASPECTOS POPULACIONAIS

A população belenense, em 2010, era de 17.093 pessoas, segundo dados do IBGE. Na época o município tinha uma densidade demográfica de 170.01 hab/km², representando 0.1774% do Estado, 0.0064% da Região e 0.0012% de todo o território brasileiro. A estimativa para o ano de 2017, do IBGE, é a de um aumento da população do município, de modo que 17.685 pessoas estavam residindo no município, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1 - População de Belém

População	População (1991)	%do Total (1991)	População (2000)	%do Total (2000)	População (2010)	%do Total (2010)
População Total	15.645	100,00	16.605	100,00	17.093	100
Homens	7.624	48,73	8.105	48,81	8.345	48,82
Mulheres	8.021	51,27	8.500	51,19	8.748	51,18
Urbana	11.285	72,13	13.200	79,49	14.112	82,56
Rural	4.360	27,87	3.405	20,51	2.981	17,44
Taxa de Urbanização	-	72,13	-	79,49	-	82,56

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

O número de moradores na zona urbana é maior que daqueles que optam pela zona rural; são 14.112 pessoas morando na cidade, contra 2.981 pessoas morando na zona rural. No total da população nota-se que o número de mulheres é superior ao de homens, sendo 8.748 para 8.345, respectivamente.

O município possui uma razão de dependência: população abaixo de 15 anos e acima de 65 anos dependentes, de 63,21%, e a taxa de envelhecimento está na casa dos 11,91%. Esses indicadores são importantes e aponta para a constituição de políticas públicas, visando à redução da dependência da população idosa, bem como, garantido política de aprendizado, conforme rege a legislação para os jovens, no intuito de direcioná-los para uma profissão futura. Pensar na população idosa e na população jovem é pensar nas metas do desenvolvimento sustentável (PNUD, 2018). Ainda, a tendência apresentada em vários territórios no Brasil e no mundo, do envelhecimento da população, abre oportunidades importantes para se direcionar políticas para esse segmento populacional. Tais políticas passam por acessibilidade, cultura, lazer, saúde, entre outras.

4.4 ECONOMIA MUNICIPAL E DESENVOLVIMENTO

De acordo com Colletti (2006),

“O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores financeiros) de todas as riquezas finais produzidas em uma determinada região ou parcela da sociedade (qual seja, países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc)”.

Quando se observa os dados econômicos de Belém, percebe-se a dimensão da fragilidade do município. De acordo com dados do Instituto de desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME) no ano de 2013, o Município de Belém tinha uma participação total no PIB (Produto Interno Bruto) do Estado de 0,26%, ficando na 47ª posição dos 223 municípios da Paraíba, já em comparação aos municípios mais próximos, Belém tem uma contribuição significativa para com o Estado, apresentado na tabela 2. Vale Salientar que para se fazer o cálculo do PIB, leva-se em conta três grandes setores de atividade econômica, são eles, indústria, agropecuária e serviços (IBGE, 2018).

Tabela 2 - Produto Interno Bruto (em 1.000 R\$) e Participação no Estado em (%).

Municípios	2010	Participação (%)	2011	Participação (%)	2012	Participação (%)	2013	Participação (%)
Belém	81.060	0,24	95.154	0,26	107.947	0,25	121.939	0,26
Guarabira	482.106	1,44	538.619	1,45	613.875	1,45	630.852	1,36
Caiçara	34.723	0,10	41.715	0,11	45.576	0,11	50.450	0,11
Pirpirituba	44.989	0,13	48.238	0,13	55.554	0,13	60.956	0,13
Serra da Raiz	15.825	0,05	18.194	0,05	19.963	0,05	22.975	0,05
Solânea	128.621	0,38	144.825	0,39	171.804	0,40	188.718	0,41
Bananeiras	119.327	0,36	130.037	0,35	137.397	0,32	165.132	0,36
Campina Grande	4.966.901	14,82	5.619.163	15,14	6.247.032	14,71	6.538.929	14,12
João Pessoa	10.875.438	32,44	11.639.080	31,36	13.843.818	32,59	14.841.805	32,04
Paraíba	33.524.558	100,0	37.118.004	100,0	42.473.891	100,0	46.325.355	100,0

Fonte: IDEME, 2018.

Conforme a tabela 2, o melhor PIB do Estado é João Pessoa, perfazendo 32,04%, ou seja, um terço do PIB paraibano (2013). Em segundo lugar no Estado tem-se campina Grande com participação de 14,12% no produto do Estado. Ainda, estando no entorno de Belém e apresentando uma dinâmica de comércio significativa tem-se Guarabira. Este apresenta um PIB de 1,36% do Estado da Paraíba e está em nono lugar quando se trata do PIB, ainda no entorno de Belém, Pirpirituba que tem 0,13% de participação no Estado e encontra-se na posição de número oitenta e sete no Estado.

Em termos de PIB *per capita*, indicador que mede a produção pelo número de habitantes; em 2015, o município de Belém - PB apresentou um produto *per capita* de R\$ 8.462,78, advindo de uma economia baseada no comércio, no qual conta com a indústria alimentícia 3 de maio, esse indicador aponta para uma fragilidade municipal. Assim, mesmo sendo passível de críticas, o PIB *per capita* está muito abaixo das principais economias do Estado, e no mesmo nível das demais cidades do entorno. Isso aponta para uma situação de vulnerabilidade social em Belém e no seu entorno.

Em termos de comércio, o ápice ocorre durante a comemoração dos festejos juninos¹ de São Pedro, onde se dá destaque ao empreendedorismo que é feito no município durante essa época do ano. De acordo com o *site* da prefeitura municipal de Belém - PB:

"O São Pedro de Belém beneficia diretamente o comércio local com a ampliação das vendas nos supermercados, padarias, lanchonetes, pizzarias, sorveterias, bares, restaurantes, como também o aumento de clientes nos salões de beleza, pousadas, alugueis de imóveis entre outras atividades que fortalecem a economia do município, gerando renda, empregos temporários e estimulando o empreendedorismo" (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2018).

Belém se apresenta com um grande potencial na região do Brejo. Estudar maneiras de atrair mais pessoas para a cidade durante o São Pedro, pode ser uma estratégia louvável para melhorar ainda mais a economia da cidade, por exemplo, aumentando os dias de evento, maior divulgação das atrações e do calendário cultural da cidade. Isso potencializaria o comércio no geral, podendo até incentivar novas indústrias a se instalarem no município, claro que tudo deve ser muito bem planejado, para que não falte verba para os serviços básicos da cidade. Dessa forma, a governança deve atuar da melhor forma possível, reunindo a população para saber se é viável, e como já muito bem apontado por Arruda (2008), a participação enquanto ato de decidir, é um dos caminhos para uma boa governança.

¹ É necessária a realização de um estudo mais detalhado sobre o impacto do São Pedro na economia local.

Nesse sentido, em uma cidade pequena do interior paraibano, pensar a governança e o planejamento das ações estabelecendo metas e objetivos são elementos essenciais para superar as vulnerabilidades econômicas e sociais. Principalmente quanto o entorno também aponta para um baixo dinamismo econômico. Na tabela 3 se sintetiza os dados de renda per capita de alguns municípios selecionados.

Tabela 3 - PIB *per capita* de Belém e demais municípios no ano de 2015.

Belém	R\$ 8.462,78
Guarabira	R\$ 14.626,05
Caiçara	R\$ 7.660,84
Pirpirituba	R\$ 6.940,51
Serra da Raiz	R\$ 8.607,21
Solânea	R\$ 8.773,29
Bananeiras	R\$ 9.309,49
Campina Grande	R\$ 19.696,95
João Pessoa	R\$ 23.169,14

Fonte: IBGE cidades, adaptado.

Comparando Belém aos demais municípios do entorno, a localidade fica em pé de igualdade com outras cidades da região, como será exposto a seguir. No âmbito do Brasil, o município detém o PIB *per capita* de número 4153º; já comparado aos 223 municípios do estado da Paraíba, Belém fica com a posição de 73º. Quanto a questão do PIB *per capita*, com os eventos turísticos e religiosos da cidade poderiam haver avanços notáveis, em termos de valores.

Ainda em termos de renda *per capita*, Sendo a maior cidade do Estado e a mais desenvolvida, João Pessoa encontra-se apenas na quinta posição no Estado e no cenário nacional, ocupa apenas a posição de número mil quatrocentos e noventa e seis, em termos de PIB *per capita*. Na Paraíba, o município de Alhandra é quem ocupa a primeira posição no Estado, e é a cidade de número quinhentos e trinta e oito no ranking nacional. Já nos arredores de Belém, Guarabira encontra-se na décima terceira posição no Estado, Pirpirituba está na posição cento e oitenta e um e Bananeiras em quadragésimo oitavo no Estado (IBGE, 2015).

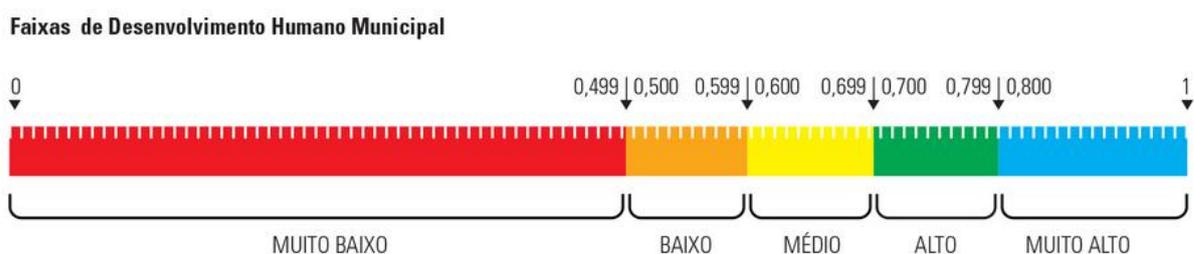
Visando um maior desenvolvimento, Belém faz parte do arranjo governamental Território da Cidadania do Piemonte da Borborema, que é uma realização do Governo

Federal, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional sustentável das populações locais, e tinha como coordenação o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2015)².

O município de Belém com o decorrer do tempo apresentou considerável desenvolvimento, porém, Belém não se apresenta como uma das principais cidades do Brejo paraibano, por exemplo, seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é considerado baixo de acordo com a faixa de desenvolvimento humano: "O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599) (ATLAS BRASIL, 2013)".

O Índice de Desenvolvimento Humano foi elaborado pelo economista Mahbub ul Haq, com a colaboração de Amartya Sen, no ano de 1990. O IDH se deu como alternativa ao PIB, para medir o desenvolvimento humano de um país. O Índice reúne três requisitos mais importantes para avaliar a expansão das liberdades humanas, que são: renda, educação e saúde (ATLAS BRASIL, 2018). Inclusive, os primeiros objetivos do desenvolvimento sustentável, são justamente esses, elevação da renda (erradicação da pobreza), saúde e bem-estar, e educação de qualidade, tamanha é a importância desse indicador, para realmente medir se há, ou não desenvolvimento humano nas regiões (PNUD, 2018), conforme figura 3.

Figura 3 - Faixa do desenvolvimento Municipal



Fonte: ATLAS BRASIL, 2018.

Em comparativo com os dados do IBGE de municípios próximos de Belém poderia estar bem melhor posicionado, e ter um destaque maior no estado, pois, municípios de população menor apresentam índices de desenvolvimento superior ao de Belém. Na tabela 4, encontram-se os valores do IDHM e populacional do município de Belém:

² Pelo Decreto 8780, o Governo Federal extinguiu o MDA, ficando as secretarias daquele ministério sob a tutela do Ministério da Casa Civil.

Tabela 4 - Crescimento do IDHM e populacional total de Belém e municípios próximos.

Cidade	1991	2000	2010	População Total (2010)
Belém	0,293	0,424	0,592	17.093
Guarabira	0,396	0,516	0,673	55.326
Caiçara	0,266	0,425	0,592	7.220
Pirpirituba	0,315	0,460	0,595	10.326
Serra da Raiz	0,274	0,455	0,626	3.204
Solânea	0,322	0,428	0,595	26.693
Bananeiras	0,281	0,401	0,568	21.851
Campina Grande	0,476	0,601	0,720	385.213
João Pessoa	0,551	0,644	0,763	723.515
Paraíba	0,382	0,506	0,658	3.766.528
Brasil	0,493	0,612	0,727	190.755.799

Fonte: ATLAS BRASIL, 2018.

Nota-se uma considerável evolução do município em duas décadas, havendo um aumento de 102,05% do IDHM entre 1991 e 2010, ficando inclusive acima da média nacional que foi de 47,46% no mesmo período e acima da média estadual que foi de 72,25%. A distância para o número ideal do desenvolvimento humano que é de 1 foi reduzida em 42,99% entre 1991 e 2010 (Atlas Brasil, 2013).

Em termos de IDHM na Paraíba, João Pessoa está em primeiro lugar, apresentando um IDHM considerado alto, de acordo com a faixa de desenvolvimento humano (figura 3), Campina grande está em terceiro lugar no Estado, atrás de Cabedelo; Várzea e Patos completam os cinco primeiros lugares do *ranking* da Paraíba, e sendo os únicos que têm o IDHM considerado Alto dentro do Estado.

Sobre as Cidades circunvizinhas de Belém, Guarabira está em oitavo lugar no *ranking*, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal considerado médio, na microrregião de Guarabira, apenas mais um município está na faixa de desenvolvimento médio, que é Serra da Raiz, que se encontra em vigésimo quinto no Estado. Dos municípios da microrregião que têm um IDHM considerado baixo, o melhor colocado é a cidade de Pirpirituba, na posição de número setenta e oito, empatada com outras quatro cidades, dentre elas encontram-se Solânea, Belém e Caiçara empatadas no IDHM na posição de número oitenta e nove. Bananeiras vem mais atrás, na posição de número 153°. Ainda, nesse indicador, o pior município da Paraíba é o de Gado Bravo, com um IDHM de 0,513, e o município quem tem o maior desenvolvimento humano no Brasil, é o de São Caetano do Sul, apresentando um IDHM de 0,862 e o de menor Índice é do Município de Melgaço que tem 0,418 de IDHM (Atlas Brasil, 2013).

Em termos de *ranking*:

"Belém ocupa a 4331ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 4330 (77,81%) municípios estão em situação melhor e 1.235 (22,19%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 223 outros municípios de Paraíba, Belém ocupa a 89ª posição, sendo que 88 (39,46%) municípios estão em situação melhor e 135 (60,54%) municípios estão em situação pior ou igual" (ATLAS BRASIL, 2013).

Segundo o PNUD³:

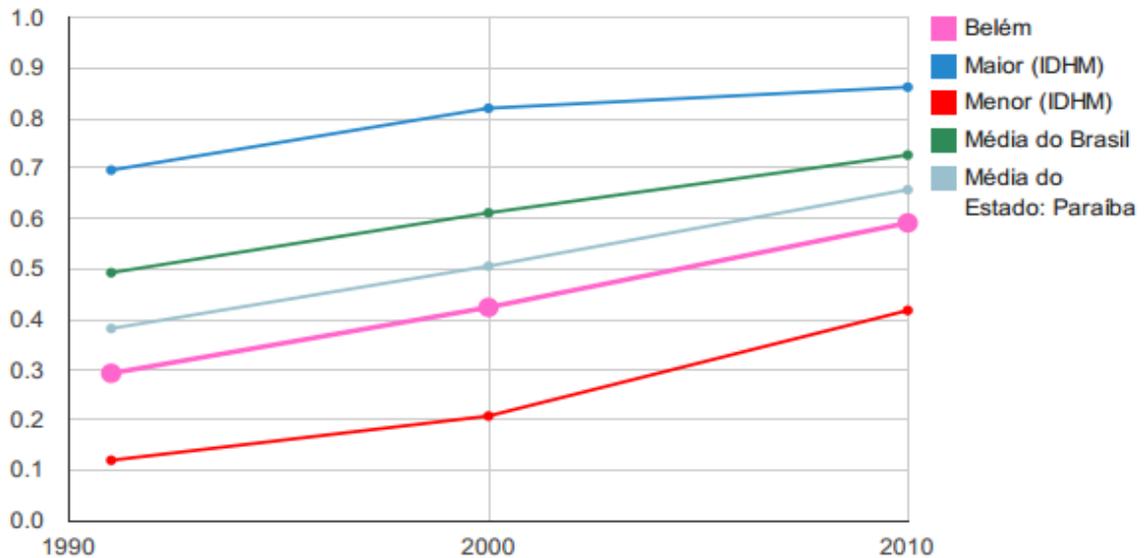
O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros (PNUD, 2018).

Dentro desse contexto o Atlas Brasil (2013) mostra como se deu a evolução das 3 dimensões do IDH:

"Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,246), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,147), seguida por Renda e por Longevidade" (ATLAS BRASIL, 2013).

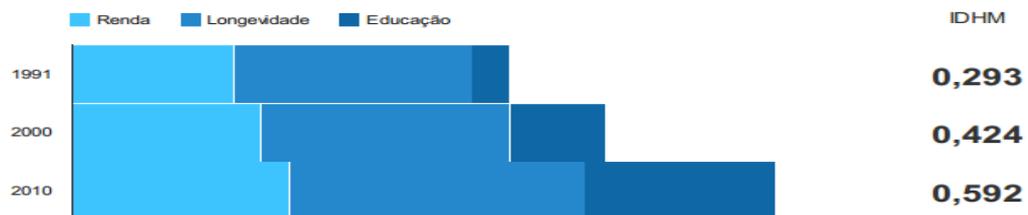
³ Fonte: <http://www.br.undp.org/>

Gráfico 1 - Evolução do IDHM - Belém – PB.



Fonte: ATLAS BRASIL, 2013

Gráfico 2 - IDHM e suas dimensões através dos anos em Belém



Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

No geral, o Estado da Paraíba tem um IDHM médio de acordo com a faixa de desenvolvimento municipal bem baixa. Isso mostra o quão o Estado Paraíba em si tem que melhorar, pois das 27 unidades federativas brasileiras, a Paraíba encontra-se na vigésima terceira posição. Mostrando que de alguma forma, todos os municípios precisam evoluir, mesmo não tendo nenhum com um desenvolvimento muito baixo, são poucos os que têm desenvolvimento médio. Isso é extremamente preocupante e também revela porque um município considerado pequeno em termos populacionais apresenta um PIB *per capita* bem melhor que a capital do Estado e que a própria Belém, já quem em termos de população, inclusive, Alhandra tem um maior número quando comparado ao município do referente estudo (ATLAS BRASIL, 2013).

4.4.1 ÍNDICE FIRJAN

O índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM) mostra uma melhor dimensão de como se dá o desenvolvimento, possibilitando comparar individualmente com as cidades ciclo vizinhas de Belém.

O IFDM "é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de cinco mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: emprego & renda, educação e saúde" (IFDM, 2018). A leitura do IFDM se dá como é feito como IDHM, onde as variáveis são medidas de 0 (baixo) a 1 (alto), servindo assim para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento.

Na tabela 5, é expresso cada variável do índice Firjan, mostrando um comparativo com municípios do entorno de Belém.

Tabela 5 - Comparativo do IFDM dos Municípios Próximos a Belém

Cidade	Emprego e Renda	Saúde	Educação	IFDM Total
Belém	0.4474	0.8758	0.6593	0.6608
Guarabira	0.4687	0.8537	0.6504	0.6576
Caçara	0.4906	0.8382	0.6976	0.6755
Pirpirituba	0.3140	0.6407	0.6775	0.5441
Serra da Raiz	0.5081	0.8746	0.7515	0.7114
Solânea	0.3361	0.6856	0.5989	0.5402
Bananeiras	0.4687	0.8537	0.6504	0.6576
Campina Grande	0.6623	0.8043	0.7200	0.7288
João Pessoa	0.7332	0.8638	0.7288	0.7753

Fonte: IFDM, 2018.

De acordo com o IFDM, Belém apresenta um índice considerado Alto na Saúde, que em termos de longevidade, fecundidade e mortalidade, comparado a outros municípios tidos como maiores, encontra-se bem a frente. O município apresenta bons números no tocante do aumento da esperança de vida e na diminuição da mortalidade infantil (ver Tabela 6), tendo a educação moderada e emprego e renda são considerados regulares.

Tabela 6 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Belém – PB.

ANO	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	61,6	63,2	70,6
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	59,5	48,9	25,7
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	78,1	62,9	27,7
Taxa de fecundidade total (filho por mulher)	4,1	2,9	2,2

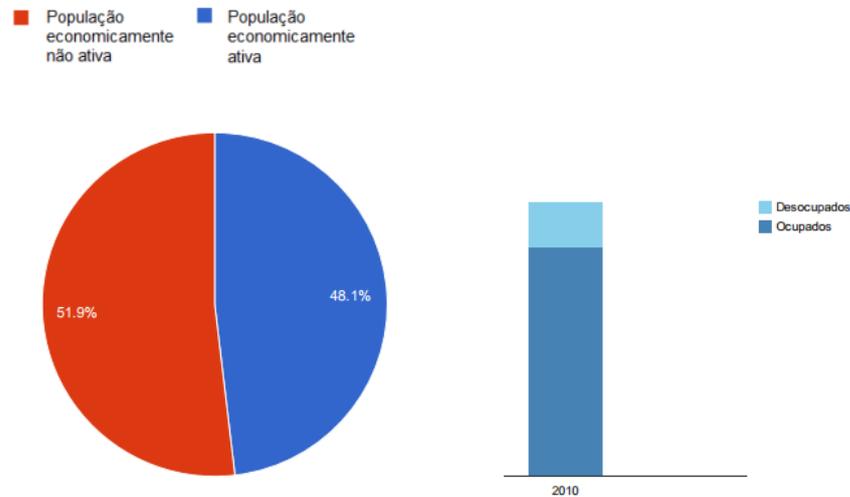
Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

Quando se compara Belém a Bananeiras, nota-se um desenvolvimento um pouco maior. Isso é bastante relevante, já que Bananeiras é tida como uma cidade turística na região, e tem bastante investimento nesse segmento por parte de empresários, seja com realização de eventos, quanto por condomínios de luxo, além do mais, Bananeiras apresenta um PIB maior superior ao município de Belém.

Em relação a taxa de atividade e desocupação, gráfico 3, e comparando o município de Caiçara ao município de Belém, este fica atrás em relação ao desenvolvimento municipal, é importante salientar que Caiçara tem uma população menor, porém sempre está em pé de igualdade quando se trata de IDHM, Índice FIRJAN, e PIB.

Comparada a Capital, existe um abismo de diferença na questão de emprego e renda, claro que João Pessoa por ser a capital do Estado irá apresentar mais oportunidades, porém chega a ser esmagadora essa diferença, já que em números brutos, a distância de João pessoa para Belém nesse quesito é quase o dobro.

Em relação a taxa de emprego, Belém apresenta uma taxa preocupante de desocupação, onde o numero de pessoas economicamente inativas superam o de pessoas economicamente ativas, claro, supondo-se, que o país vive um momento preocupante com relação a empregos, e na região do brejo paraibano, essa é uma dura realidade, que faz com que muitos acabem se deslocando para os grandes centros, a fim de conseguir um emprego, conforme gráfico 3.

Gráfico 3 - Taxa de atividade e desocupação 18 anos ou mais - 2010

Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

Com relação as últimas duas décadas a renda *per capita* do município cresceu cerca de 141,65%, onde a renda passou de R\$ 106,02 em 1991 para R\$ 167,03 em 2000 e posteriormente passando em 2010 para R\$ 256,20. A extrema pobreza que é medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita a R\$ 70,00 foi de 51,43% em 1991 para 35,52% em 2000 e mais a frente em 2010 caindo para 21,98% (Atlas Brasil, 2013).

Já de acordo com o Índice Gini (que é usado para medir o grau de concentração de renda) mostra que o nível de desigualdade se manteve. O índice de GINI entre 1991 e 2000 passou de 0,49 para 0,54, respectivamente; entre 2000 e 2010 caiu para 0,49 (Atlas Brasil, 2010).

Tabela 7 - Renda, pobreza e desigualdade - Belém – PB.

Ano	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	106,02	167,03	256,20
% de extremamente pobres	51,43	35,52	21,98
% de pobres	79,33	60,31	39,82
Índice de Gini	0,49	0,54	0,49

Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

As variáveis da tabela 7 reforçam a baixa dinâmica econômica e social do município de Belém. O índice de Gini revela um aumento na concentração da renda na década passada, esta que é considerada uma década de importantes avanços sociais no Brasil e no Estado da Paraíba. Superar os entraves aos processos de desenvolvimento do território é o grande desafio posto pelo município. Isso requer respostas em termos de políticas para educação, saúde e renda, bem como, o aperfeiçoamento das técnicas e direcionamento dos processos internos de alocação de recursos públicos.

Em relação ao número de empregos formais, houve uma grande diminuição dos cargos do setor de administração pública entre 2016 e 2017, em que provavelmente se deu na troca de gestão, já os demais cargos quase não se alteraram nesse mesmo período, conforme apresenta a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), do ministério do Trabalho inseridos na tabela 8. Pode-se observar que não é grande o número de empregos formais, menos de mil, para uma cidade de pouco mais de 17 mil habitantes, o que faz com que a população, infelizmente, passe a depender de programas do governo, que muitas das vezes só fornece o básico para sobreviver. Por essas questões também faz-se necessário um olhar melhor sobre a importância dos festejos juninos, que como já mencionado, é quando a economia do município tem o melhor desempenho, pois mesmo quem não tem renda fixa, consegue de alguma forma empreender durante esse curto espaço de tempo.

Tabela 8 - Número de empregos formais entre 2015 e 2016 em Belém - PB

IBGE Setor	2015	2016	Var. Abs.	Var. Rel.
2 - Indústria de Transformação	257	262	5	1,95
3 - Serviços Industriais de utilidade pública	10	9	-1	-10
4 - Construção Civil	0	3	3	n/d
5 - Comércio	121	166	45	37,19
6 - Serviços	97	97	0	0
7 - Administração Pública	896	373	-523	-58,37
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	14	14	0	0
Total	1.395	924	-471	-33,76

Fonte: RAIS, 2018

Além de todo esse cenário desfavorável com relação a emprego, o município apresenta uma população com mais de 50% dos habitantes sendo dependentes, de programas ou de terceiros (família), como mostra a tabela a 9.

Tabela 9 - População de Belém (todos os setores).

VARIÁVEIS	RESULTADOS
Domicílios Particulares Permanentes	5.964
População Residente	17.093
População Homens	8.345
População Mulheres	8.748
Razão de Dependência Jovens	39,4%
Razão de Dependência Idosos	18,8%
Razão de Dependência Total	58,2%
Índice de Envelhecimento	47,9%
Razão Masculino x Feminino	95,4%
Razão Crianças-Mulheres	30.7%
Média de moradores por Domicílios	3.3
Proporção de domicílios ocupados	86.6%
Proporção de domicílios não ocupados	13.4%

Fonte: IBGE, 2010, adaptado.

Esse grande número de razão de dependentes, exige das famílias uma renda maior, e boa parte das famílias do município dependem de programas do governo, no caso o maior deles é o bolsa família. Esse programa tem como objetivo a transferência de renda direta para famílias em situação de extrema pobreza.

O numero de famílias que recebe o beneficio era de 2.526, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), o que equivale a aproximadamente 33,82% da população do município. Esse número inclui 1.070 famílias que sem o Programa estariam em situação de extrema pobreza. Isto se apresenta preocupante, pois, o município não consegue gerar empregos, fazendo assim as pessoas dependerem de programas do governo. Na tabela 10 observa-se os valores referentes aos últimos 12 meses repassados para essas famílias.

Tabela 10 - Histórico de valores repassados às famílias beneficiárias do PBF no município de Belém nos últimos 12 meses:

Mês	Qtd famílias	Valor
Agosto de 2018	2.526	R\$ 457.473,00
Julho de 2018	2.476	R\$ 445.425,00
Junho de 2018	2.473	R\$ 416.858,00
Mai de 2018	2.576	R\$ 434.209,00
Abril de 2018	2.553	R\$ 429.017,00
Março de 2018	2.592	R\$ 435.674,00
Fevereiro de 2018	2.582	R\$ 433.777,00
Janeiro de 2018	2.594	R\$ 439.561,00
Dezembro de 2017	2.579	R\$ 432.099,00
Novembro de 2017	2.580	R\$ 435.360,00
Outubro de 2017	2.563	R\$ 431.561,00
Setembro de 2017	2.541	R\$ 429.011,00

Fonte: MDS, 2018.

4.5 PLANO PLURIANUAL - MUNICIPIO DE BELÉM

Conforme diz o ministério do desenvolvimento, planejamento e gestão:

“O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E GESTÃO, 2015).

O Plano Plurianual é a principal ferramenta para planejamento em médio prazo com relação às ações de um governo abrangendo de forma regionalizada as diretrizes, os objetivos e as metas para os gastos da administração pública (Secretaria de Planejamento – Governo do Pará, 2018).

Elaborar um PPA deixa claro em uma gestão quais serão as suas metas, prioridades e resultados esperados. Tem como objetivo atender as demandas da sociedade, alocar os recursos da melhor forma possível e explicitar a distribuição dos gastos do governo, deixando de forma transparente as aplicações dos recursos (Secretaria de Planejamento – Governo do Pará, 2018).

Conforme exposto, na Tabela 11 é demonstrada que a Prefeitura Municipal de Belém tem o seu foco voltado para a Educação e Saúde da cidade, que são indicadores dos quais mais uma sociedade necessita de atenção e precisam sempre estar em constante desenvolvimento. Essas prioridades se dão, fundamentalmente, por conta das obrigações constitucionais. Conforme entrevistas com os atores locais, o planejamento dessas ações carecem de um planejamento participativo.

Tabela 11 – Plano Pluri Anual de Belém.

Unidades Orçamentárias	Função	Valor (R\$)	%
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM	Legislativa	Total: R\$ 1.418.700	3,5%
GABINETE DA PREFEITA	Administração	Total: R\$ 1.243.380	3,1%
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO	Previdência Social Reserva de Contingência	R\$ 1.576.700 R\$ 210.800 Total: R\$ 1.787.500	4,4%
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Administração	Total: R\$ 1.510.359	3,7%
SECRETARIA DE FINANÇAS	Administração Trabalho Encargos Especiais	R\$ 726.000 R\$ 324.800 R\$ 931.700 Total: R\$ 1.982.500	4,9%
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Educação	Total: R\$ 12.671.138	31,4%
SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO	Comércio e Serviços Desporto e Lazer	R\$ 431.900 R\$ 881.800 Total: R\$ 1.313.700	3,3%
SECRETARIA DE CULTURA	Cultura	Total: R\$ 344.041	0,8%
SECRETARIA DE SAÚDE	Saúde	140.800 Total: R\$ 140.800	0,4%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELEM	Saúde	Total: R\$ 10.635.358	26,4%
FUNDO DE DES. URBANO, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE	Urbanismo Habitação Saneamento	R\$ 3.659.900 R\$ 72.300 R\$ 50.000 Total: R\$ 3.782.200	9,4%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Assistência Social	Total: 2.208.100	5,5%
SECRETARIA DE AGRICULTURA DE MEIO AMBIENTE	Saúde Agricultura	R\$ 15.000 R\$ 1.122.200 Total: R\$ 1.137.200	2,8%
SECRETARIA DO IDOSO, DA CRIANÇA E DA MULHER	Direitos de Cidadania	Total: R\$ 130.750	0,3%
RESERVA DE CONTINGENCIA	Reserva de Contingência	Total: 26.400	0,1%
		Total Geral: 40.332.126,00	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2018.

Com base nos dados apresentados na tabela 11, a fragilidade econômica e social de Belém, as prioridades em termos de destino de recursos ficam bem nítidas. Porém, não é só destinar os recursos, mas fazer com que os atores que atuam nesse processo, os gestores públicos das escolas, postos de saúde, das secretarias, os professores, os pais e alunos, e outros atores participem ativamente do processo de construção das peças orçamentárias do município, seja o PPA, a LOA e/ou a LDO. Essa construção coletiva, com a sociedade decidindo, direcionado os recursos a partir de suas prioridades e metas são elementos fundamentais para a construção de cidades sustentáveis.

4.6 EDUCAÇÃO

Segundo o Ministério da educação:

“IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

O IDEB é o indicador nacional que tem como função monitora a qualidade da educação pela população, através de dados, para então haver uma mobilização em busca de melhorias no ensino. Para medição do índice, são utilizados dois componentes: o rendimento escolar, ou taxa de aprovação, e o desempenho nos exames aplicados pelo INEP, anualmente esses dados são coletados, para assim ser feito o censo educacional, a escala de medida do IDEB vai de 0 á 10 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

De acordo com os dados do IDEB, desde 2007, o município de Belém, em todas as series, vem apresentando uma média maior do que a projetada, sinal de que a educação vem evoluindo gradativamente, e não ficando atrás de grandes cidades do Estado, como por exemplo, a própria capital João Pessoa e as cidades de maior porte, como Bananeiras e Solânea e a própria Guarabira.

Na tabela 12 mostra-se como ocorreu essa evolução da educação, tanto em Belém, como nas cidades no entorno.

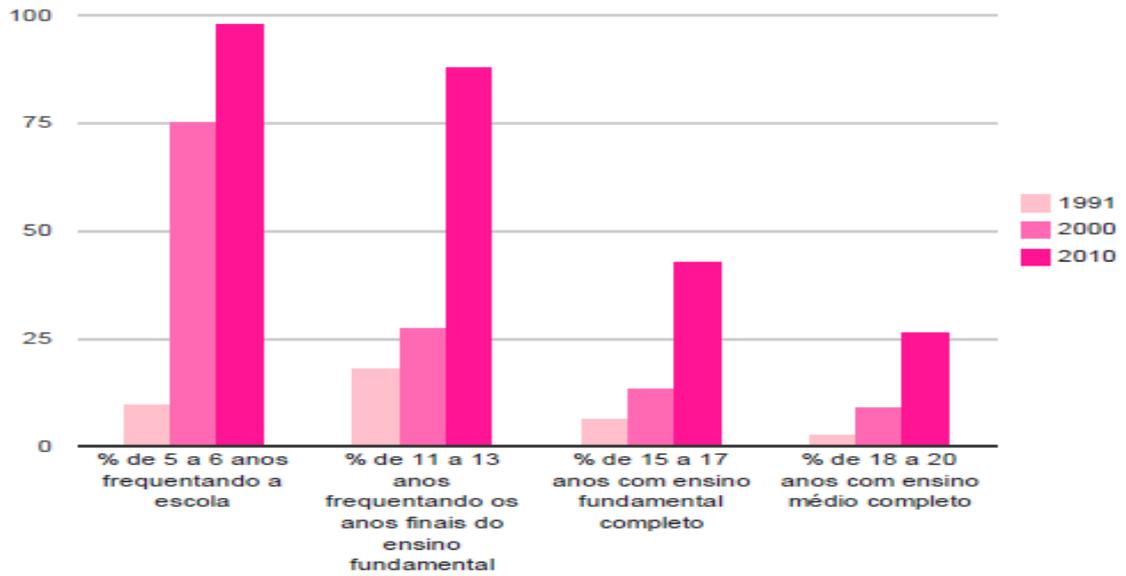
Tabela 12 - Comparativo do IDEB dos municípios próximos a Belém entre os anos de 2005 a 2017.

Cidade	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Belém	2.5	2.9	3.7	3.9	4.0	4.6	4.7
Guarabira	2.7	3.3	3.4	3.6	4.0	4.4	4.6
Caiçara	2.5	3.1	3.4	4.0	3.4	4.8	4.3
Pirpirituba	2.5	2.8	3.7	3.5	3.8	4.2	4.2
Serra da Raiz	2.9	3.0	3.1	4.2	-	4.2	4.1
Solânea	2.4	2.7	3.4	3.6	3.4	3.9	4.6
Bananeiras	2.4	2.4	3.7	4.1	4.4	4.9	4.7
Campina Grande	3.1	3.3	3.8	4.2	4.3	4.7	5.2
João Pessoa	2.9	3.5	4.0	4.6	4.5	4.6	4.9

Fonte: IDEB, 2018

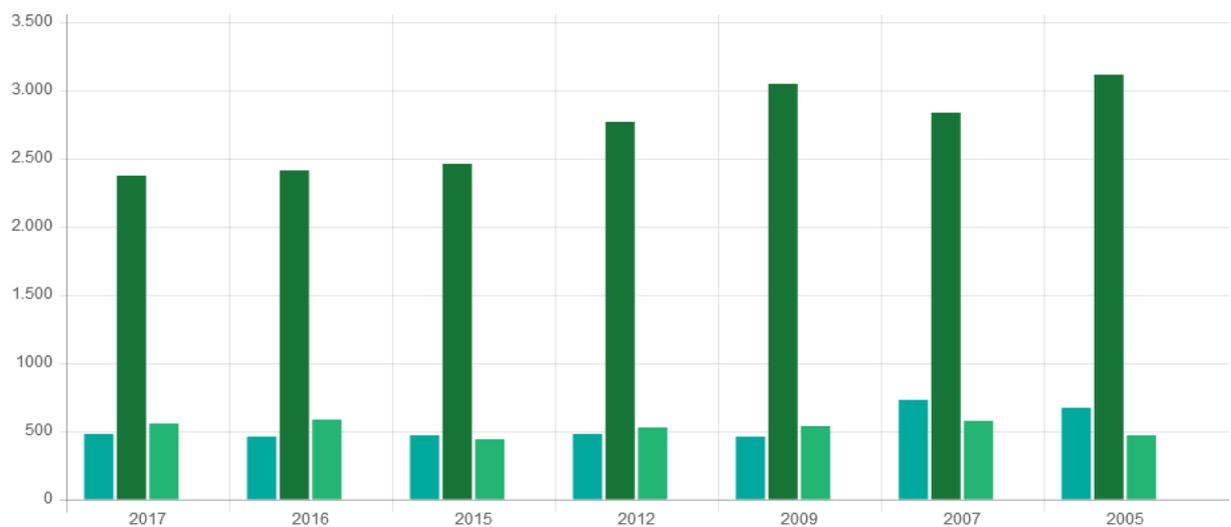
Desde a criação do IDEB, o município de Belém vem em constante evolução na educação. Nesse sentido, nota-se que a prefeitura tem investido bastante, pois de acordo com o Plano Pluri Anual foram reservados doze milhões seiscentos e setenta e um mil e cento e trinta e oito reais para a secretária de educação, lembrando que os objetivos do desenvolvimento mundial, o acesso as escolas não é tudo, ou seja, deve-se prezar pela quantidade, a universalização; .mas também, a educação de qualidade e a valorização dos professores são de suma importância, para que a educação se desenvolva e mais pessoas tenham direito ao acesso a educação.

Conforme o gráfico 4 observa-se que, com o decorrer dos anos, o fluxo escolar no município de Belém vem aumentando em todas as modalidades do ensino, o que significa que o município tem se empenhado para que a população tenha acesso a uma boa educação.

Gráfico 4 – Fluxo escolar por faixa etária – Belém – PB

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Em 2017, o número de alunos matriculados no ensino pré-escolar foi de 479, enquanto no ensino fundamental foram matriculados 2.310 alunos e no ensino médio 558. O Gráfico 5 mostra como vem sendo o percentual de matrículas desde 2005.

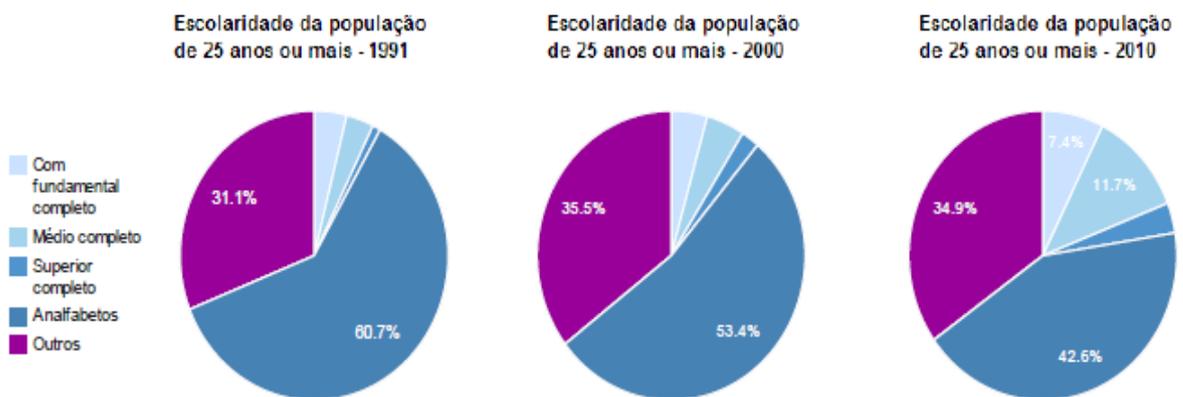
Gráfico 5 - Alunos Matriculados no município de Belém – PB.

Fonte: IBGE, Cidades.

É importante também mostrar a escolaridade da população adulta, que em 2010, tinha 29,31% da população de 18 anos ou mais de idade completado o ensino fundamental e 18,54% o ensino médio. Na Paraíba, os índices eram de respectivamente: 42,55% e 29,28%. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade, por outro lado caiu a taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais em 17,92%, nas últimas duas décadas.

No gráfico 6, nota-se que nessas duas décadas, houve uma queda na taxa de analfabetismo por parte da população com 25 anos ou mais, resultando em um crescimento no número de pessoas com o ensino médio e superior completos.

Gráfico 6 - Escolaridade da população de 25 anos ou mais



Fonte: Atlas Brasil, 2013.

No geral, a educação municipal de Belém apresenta números regulares, mas que olhando pela escala, está longe do 9,1 da cidade de Sobral (município de melhor IDEB no país), então o ensino deve ser muito bem monitorado para que essa evolução na educação continue e que Belém sirva de modelo no Brejo e quem sabe mais tarde no estado.

5 AGRICULTURA

O fenômeno da seca, que atinge o Nordeste do Brasil, é um determinante para a questão de políticas públicas, para a população, produção local e socioeconômica. A região do Nordeste que foi mais importante para a agricultura foi a região da mata e do litoral, que vai desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia. Além de ser a região que concentra a maior parte da população, também é a área que tem temperatura e índices pluviométricos que beneficiam o desenvolvimento de atividades agropecuárias diversas (SILVA, 2016, p. 106).

De acordo com o Governo da Paraíba (2018):

“a agricultura familiar e a região semiárida encontram na Secretaria do Estado de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS) seu espaço e energia institucionais, a SEAFDS emerge para promover principalmente a transição agroecológica na agricultura familiar, para sua sustentabilidade dos modos de vida que coexistem em seus múltiplos territórios rurais” (GOVERNO DA PARAIBA, 2018).

O Estado da Paraíba é um dos que mais vem sofrendo com o fenômeno climatológico da seca, que vem castigando, principalmente, os municípios localizados mais a oeste do Estado. Entre os anos de 2010 a 2014, houve um maior agravamento dessa situação.

O município de Belém encontra-se em uma zona fisiográfica de transição, nomeada de Mesorregião do Agreste Paraibano, com um clima de “tipo AS”, que de acordo com a classificação climatológica Köppen, apresenta chuvas durante o período outono-inverno. Porém houve uma diminuição dos dias chuvosos, o que afetou a pluviometria mensal e conseqüentemente a pluviometria anual, chegando a ter entre 150 e 180 dias de estiagem (LIMA, 2017).

Sofrer com a seca não foi diferente no município de Belém, ONDE houve perdas consideráveis, que afetaram de forma negativa a agricultura do município. De acordo com dados do censo agropecuário do ano de 2006, o município em questão possuía 806 estabelecimentos agropecuários, dos quais 760 eram voltados para a agricultura familiar; já no censo prévio de 2017 foram diagnosticados que o total de estabelecimentos agropecuários era de 628, houve uma diminuição de 22,08% no total de estabelecimentos agropecuários (IBGE 2018).

Na tabela 13, são apresentados comparativos dos "estabelecimentos agrícolas" em função dos censos agropecuários dos anos de 2006 e 2017

Tabela 13 - Comparativos do total de estabelecimento de acordo com o Censo agropecuário dos anos de 2006 e 2017.

Município	Ano	Número de estabelecimentos	Produtos de Lavoura Temporária	Produtos de Lavoura Permanente	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários
Belém	2006	806	4	1	1802
Belém	2017	628	18	7	1430

Fonte: IBGE, 2018, adaptado.

No ano de 2014, mesmo com uma precipitação pluviométrica média anual baixa, a agricultura em Belém teve investimentos modestos de contratações de créditos do Pronaf, apenas 4,85% de um total de R\$ 14,69 milhões investidos nas unidades municipais do Território da Cidadania denominado Piemonte da Borborema (BRASIL, 2015). Em comparação com o município de Bananeiras, os valores totais das contratações de créditos do Território via a política pública de financiamento agrário, representando um total de 12%.

Com os longos períodos de estiagem, a crise hídrica passou a atingir a população urbana e rural do município, o que resultou em grandes prejuízos socioeconômicos, com isso foi decretado Estado de Emergência no município. O Decreto do governo municipal nº 46 de 19 de outubro de 2010, no Diário Oficial do Município de Belém, reconhece **Situação de Emergência por Estiagem** (LIMA, 2017).

Em Entrevista com o secretário de agricultura de Belém Fábio Espínola Anízio e com o chefe de apoio e incentivo a agricultura Márcio André de Lima, observa-se que o foco é melhoramento das estradas, corte de terra, sinalização na zona rural e apoio técnico ao agricultor. De acordo com o Plano Pluri Anual (Tabela 11), o município de Belém planejou investir 1.122.200, destinado a essas atividades.

Nos municípios do brejo paraibano, apesar da seca constante, existem vários estabelecimentos voltados às atividades da agricultura, conforme mostra a tabela 14.

Tabela 14 – Número de Estabelecimentos de Municípios do Brejo Paraibano

Município	Número de estabelecimentos	Condomínio, consórcio ou união de pessoas	Produtor individual	Outra condição
Belém	628	136	473	19
Serra da Raiz	299	43	256	-
Pirpirituba	436	132	304	-
Caiçara	582	147	435	-
Dona Inês	1022	276	742	4
Solânea	1645	460	1185	-
Bananeiras	2020	787	1231	1

Fonte: IBGE, 2018.

Como já visto na tabela 13, houve uma diminuição no município de Belém do número de estabelecimentos, entre 2006 e 2017. De acordo com a secretária de agricultura, as principais atividades desenvolvidas são, a agricultura de subsistência e a criação de bovinos de corte, pois mesmo com a seca, a cultura de criar gado se mantém. Em entrevista com o secretário da agricultura, foi dito que o município não tem potencial para irrigação, desta forma, o plantio de cereais como milho e feijão e hortaliças é impossibilitado devido a seca. A fala do gestor se mostra um pouco pessimista, principalmente quando se observa que em realidades muito mais vulneráveis que as daqui se consegue impor uma dinâmica produtiva a partir dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação voltadas para a agricultura. Além dos investimentos em máquinas, equipamentos e melhoramentos das sementes e rebanhos.

Mesmo com esse cenário desfavorável, ainda existem lavouras permanentes em alguns estabelecimentos agropecuários, como pode ser observado na tabela 15, e os produtos produzidos por elas, de acordo com o censo agropecuário de 2017 são: acerola, banana, caju, coco-da-baía, maracujá, pimenta-do-reino e urucum. Esses produtos são os que apresentam mais de 50 pés por estabelecimento.

Tabela 15 – Lavouras permanentes e número de estabelecimentos em Belém.

Produção	Número de estabelecimentos
Acerola	1
Banana	31
Caju	56
Coco-da-Baía	2
Maracujá	1
Pimenta-do-Reino	1
Urucum	12

Fonte: IBGE, 2018.

O fator seca, é sim um fator que prejudica bastante a parte da agricultura, porém, como já dito, existem localidades que fazem mais com menos. O que falta é uma melhor gestão para se recuperar os índices pluviométricos durante o período de chuvas, conscientizar a população sobre o consumo da água, criação de mais reservatórios de água para melhor aproveitar os poucos períodos de chuva, organização da secretaria de agricultura, e incentivar a agricultura para que tanto traga benefícios para a população, quanto na questão do retorno financeiro para a cidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, foram comentados diversos indicadores, sociais, demográficos, econômicos e de infraestrutura, dos quais caracterizam o município de Belém. O primeiro aspecto de fato abordado, foi o da localização de Belém, que encontra-se no brejo paraibano, e está inserido na mesorregião de Guarabira. Os aspectos populacionais de Belém mostram que 48,82% da população são do sexo masculino, enquanto 51,18% são do sexo feminino, e a cidade apresenta uma taxa de urbanização de 82,56%.

Os aspectos sociais mostram que em relação a economia do município, Belém apresenta o quadragésimo sétimo PIB paraibano, tendo uma contribuição de 0,26% para o PIB do estado.

Embora se tenha obtido grande desenvolvimento com o passar do tempo, onde em duas décadas houve um crescimento de 102,05% no IDHM, Belém ainda apresenta um IDHM considerado baixo e nem no Brejo paraibano se desponta como um dos destaques, muito embora que a Paraíba apresenta um Índice considerado médio, reflexo da realidade da maioria dos municípios do Estado.

Com relação ao índice FIRJAN de desenvolvimento município, dentre os três fatores que são levados em conta, Belém apresenta uma saúde de alto nível, dentre as cidades citadas nesse trabalho Belém está a frente inclusive dos grandes centros, como Campina Grande e João Pessoa, sendo exemplo para as demais da região. Já em relação a os outros dois indicadores, principalmente no quesito emprego e renda, a situação do município é preocupante, pois em uma cidade com mais de dezessete mil habitantes o número de empregos formais é de apenas em 2016 era de apenas novecentos e vinte e quatro, sendo que um terço são de cargos públicos, nota-se que o comércio não é um dos pontos fortes do município.

No tocante da educação, segundo dados do IDEB, desde que esse índice foi criado, o município sempre alcançou as metas planejadas, e sempre houve avanço na educação, ficando inclusive em pé de igualdade com as grandes cidades do Estado. O fluxo escolar por faixa etária também sempre apresentou avanços em todas as idades e todas as modalidades de ensino. Em relação a os alunos com faixa etária de 18 anos ou mais nota-se que o analfabetismo teve uma queda em 17,92% em duas décadas, frutos do investimento que se tem feito na educação do município.

Por estar em situação de emergência, devido a seca, a agricultura do município não tem muito a oferecer, inclusive a própria secretaria de agricultura está voltando suas atenções para a sinalização e melhoramento das estradas na zona rural, abastecimento e tem dado um apoio técnico a os agricultores remanescentes, porém, apesar das dificuldades, ainda existem criações de gado e lavouras que servem para a agricultura de subsistência e o que resta é colocado a venda na feira pública da cidade, para que essas pessoas tenham um pouco de lucro com o que produzem.

Conclui-se com esse estudo, que o município apresenta potencialidades como, uma boa estrutura proporcionada para a área da saúde, que em termos de índices está a frente de grandes municípios do Estado, apresentando grande diminuição na taxa de mortalidade infantil e tendo um grande aumento na esperança de vida nas ultimas duas décadas. Uma educação que vem em avanço constante, havendo principalmente uma diminuição na taxa de analfabetismo por pessoas acima de 18 anos de idade, e sempre alcançando suas metas de acordo com o IDEB.

Como dificuldades encontradas o pouco número de empregos formais em uma cidade com mais de 17 mil habitantes, a maior movimentação do comércio ocorrer apenas durante os festejos juninos da cidade, que se resumem a apenas três dias. O grande número de famílias que dependem do programa bolsa família para sobreviver, e as atividades da agropecuária que por motivos climatológicos não pode ter um melhor desenvolvimento.

Durante essa pesquisa, houve limitações com relação a acesso à informação e realização das entrevistas, pois os poucos secretários se disponibilizaram a responder o questionário e mesmo assim, os próprios não sabiam de imediato responder as questões, de fato, apenas uma secretaria respondeu de fato a os questionamentos.

Como perspectivas futuras, se faz de suma importância um estudo mais aprofundado sobre a agricultura e o comércio do município, de forma que vise melhorias para que o município se desenvolva nesses setores da economia. Aprofundar um estudo na educação, quanto a sua dinâmica e os gastos nela investidos. Analisar com mais detalhe os documentos como o PPA, a LOA e o LDO. E fazer um estudo sobre a previdência municipal e o turismo.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Acessado <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/belem_pb> Em 03/05/2018.

ARRUDA, Danilo Raimundo de. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: EXPERIÊNCIA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS**. 2008. 189 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Caderno territorial 199. Perfil territorial: Piemonte da Borborema. Brasília, maio de 2015.

Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_199_Piemonte%20da%20Borborema%20-%20PB.pdf> Acesso em: 15 Novembro 2018

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

(ORG), Clóvis Cavalcanti. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. **REFLEXÕES SOBRE ESTRATÉGIAS DE GOVERNANÇA LOCAL**. Disponível em: <<https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/687>>. Acesso em: 02 agostos 2018.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: Uec, 2002.

FURTADO, Celso. Cultura e desenvolvimento em época de crise/Celso Furtado. Coleção ESTUDO BRASILEIROS, Vol. 80 – Rio de Janeiro: Paz e Terra 1984.

FURTADO, Celso. **DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

O DESAFIO: DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Rio de Janeiro: Revista Visões, 2008. Semestral. Autora Gisele Silva Barbosa. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Developmento_Sustentavel_Gi sele.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMEZ, Jorge Ramon Montenegro. **CRÍTICA AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO. Pegada**, São Paulo, v. 3, n. 1, p.115-128, nov. 2011. Semestral.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatístico. Cidades. Acessado <<https://cidades.ibge.gov.br>> Em: 15/6/2018

IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Acessado <<http://ideb.inep.gov.br/>> Em: 13/09/2018

IDEME, Instituto de desenvolvimento estadual e municipal. Acessado <<http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib>> Em 12/09/2018

IFDM, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Acessado <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>> Em: 09/9/2018

KRONEMBERGER, Denise; COSTA, Valéria Grace (Org.). **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI: Desenvolvimento Local e Governança Ambiental.** Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2016. 435 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Ministério do desenvolvimento social. Acessado <<http://mds.gov.br/bolsafamilia>> Em: 23/09/2018

DE OLIVEIRA, Gilson Batista; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Desenvolvimento sustentável em foco**. São Paulo: Editora Annablume, 2006, p 120.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Acessado <<http://www.br.undp.org/>> Em 17/06/2018.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em: 17 set. 2018.

RIBEIRO, Carlos Felipe de Oliveira. **Análise do Perfil Socioeconômico do Município de Salgueiro - PE**. 2017. 112 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade de Pernambuco, Salgueiro, 2017.

REV. FAE, CURITIBA, V.5, N.2, P.37-48, MAIO/AGO. 2002|37REVISTA DA FAEUMA DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO. Curitiba: Fae, v. 5, n. 2, 202. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/249313650_Uma_discussao_sobre_o_conceito_de_desenvolvimento>. Acesso em: 31 jan. 2018

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão técnica Ricardo Doniselle Mendes. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SILVA, Cristian Luiz. **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

VOCÊ ESTÁ PREPARADO PARA 2050 ???. Direção de Lucas Marques; Daniel Molo. Rio de Janeiro: Você Sabia?, 2018. (10 min.), P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3xEbCSK_Ps&t=488s>. Acesso em: 23 jul. 2018.

TCE-RJ, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. **Estudo Socioeconômico 2016 - Volta Redonda**. 6. ed. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação Social, Imprensa e Editoração, 2016.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista

Existe algum documento que retrate a realidade socioeconômica do município, seus indicadores?

Quais são os principais desafios postos para o desenvolvimento de Belém quando se analisa os indicadores sociais e econômicos?

O PPA, a LOA e LDO busca refletir esses desafios?

A tomada de decisão no município é estabelecida a partir da participação da população local? Como se dá esse processo?

Qual a sua contribuição para o desenvolvimento da cidade segundo setor de atividade que o senhor(a) atua?

Quais as potencialidades de Belém quando se observa a indústria, a agricultura e os serviços?